

HELOÍSA NUNES DOS SANTOS

**TRILHANDO NOVOS RUMOS: A RECENTE
TRAJETÓRIA DE LUTA DAS MULHERES INDÍGENAS NO
BRASIL E NA BOLÍVIA
(1970-2008).**

Trabalho de Conclusão de
Curso para a obtenção do
título de bacharel e licenciado
em História pela
Universidade Federal de
Santa Catarina, sob
orientação da profa. Dra.
Joana Maria Pedro.

FLORIANÓPOLIS, 2013.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às quinze horas, no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora Joana Maria Pedro, Orientadora e Presidenta, pela Mestranda Larissa Viegas de Mello Freitas, Titular da Banca, e pela Professora Janine Gomes Silva, Suplente, designadas pela Portaria nº 61/HST/13 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Heloísis Nunes dos Santos**, subordinado ao título: **"Trilhando novos rumos: a recente trajetória de luta das mulheres indígenas no Brasil e na Bolívia (1970-2008)"**. Aberta a Sessão pela Senhora Presidenta, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido da Professora Joana Maria Pedro, a nota final 7,0, da Mestranda Larissa Viegas de Mello Freitas, a nota final 7,0, e da Professora Janine Gomes Silva, a nota final 7,0, sendo aprovada com a nota final 7,0. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, impresso de acordo com as normas da Biblioteca Universitária e em formato digital, ao Departamento de História, até o dia seis de dezembro de dois mil e treze. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela Candidata.

Florianópolis, 27 de novembro de 2013.

Banca Examinadora:

Prof.a Joana Maria Pedro Joana Maria Pedro

Mestranda Larissa Viegas de Mello Freitas Larissa Viegas de Mello Freitas

Prof.a Janine Gomes Silva Janine Gomes Silva

Candidata Heloísis Nunes dos Santos Heloísis Nunes dos Santos

À minha mãe pelo apoio incondicional. Ao meu pai e irmãos pela presença constante.

Agradecimentos

Agradeço imensamente a oportunidade que me foi dada pela professora Joana Maria Pedro, no ano de 2011, quando iniciei minha trajetória no Laboratório de Estudos de Gênero e História. Foram muitas as pessoas que por lá passaram nesses quase três anos de LEGH e que muito contribuíram para minha formação.

Agradeço, novamente, à minha orientadora, professora Joana Maria Pedro, por suas orientações, indagações e sugestões. Sou grata, ainda mais pela paciência e dedicação, nos momentos mais difíceis. Gostaria de agradecer, também, às professoras, Cristina Scheibe Wolff e Janine da Silva Gomes. Bem como aos demais professores do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Não poderia deixar de agradecer à Larissa Viegas de Mello Freitas, por ter aceitado fazer parte desta banca, bem como por suas indicações de leitura e conselhos ao longo da minha pesquisa. Obrigada, também, à Janine da Silva Gomes, que aceitou fazer parte da banca como suplente.

Aos meus pais, Maria da Glória e Ademir, pelo apoio incondicional durante toda minha vida escolar e acadêmica. Obrigada por estarem sempre presentes em minha vida, me ajudando sempre, desde as horas mais difíceis e desesperadoras da minha graduação, até mesmo apoiando, ainda que contrariados, minhas aventuras por aí. Obrigada também à minha irmã, Natália, e aos meus irmãos Luiz Miguel e Otávio por estarem ao meu lado. E ao meu afilhado Emanuel, por alegrar meus dias.

As amigas e amigos que fiz durante a graduação: muito obrigada por, de uma maneira ou de outra, se fazerem presentes durante minha trajetória na UFSC. Leticia, Suellen, Kenya, Daniela, Carolina, Dayanne, Mariana, Camila, Evelyn, Isabela: obrigada pelas conversas, companhia e festinhas. Enfim, obrigada pela amizade. A Suellen, destacada aqui novamente, pela ajuda sempre prestada, o conselho sempre oferecido, e a amizade que me foi proporcionada.

Ao pessoal do LEGH por todos os conselhos, conversas e ensinamentos: Tamy, Larissa, Lídia, Musa, Gleidiane, Cintia, Mirian, Thiago, Dayanne, Josiely, Eloisa e Marilene. Meus sinceros agradecimentos.

Ao meu companheiro, e para sempre amigo e confidente Lucas, que com muita paciência e carinho esteve do meu lado, me mostrando como a vida pode ser mais tranquila, colocando boas caraminholas em minha cabeça. Obrigada !

En épocas remotas, las mujeres se sentaban en la proa de la canoa y los hombres en la popa. Eran las mujeres quienes cazaban y pescaban. Ellas salían de las aldeas y volvían cuando podían o querían.

Los hombres montaban las chozas, preparaban la comida, mantenían encendidas las fogatas contra el río, cuidaban a los hijos y curtían las pieles de abrigo.

Así era la vida entre los indios onas y los yaganes, en la Tierra del Fuego, hasta que un día los hombres mataron a todas las mujeres y se pusieron las máscaras que las mujeres habían inventado para darles terror.

Solamente las niñas recién nacidas se salvaron del exterminio. Mientras ellas crecían, los asesinos les decían y les repetían que servir a los hombres era su destino. Ellas lo creyeron. También lo creyeron sus hijas y las hijas de sus hijas.

GALEANO, Eduardo. La Autoridad. In: Memorias del Fuego. Porto Alegre, L&PM, 2010,p.40.

Lista de Siglas

CIMI- Conselho Indigenista Missionário

CIR- Conselho Indígena de Roraima

CNMCIQB-BS – Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indigenas Originarias de Bolivia- Bartolina Sisa.

COB- Central Obrera Boliviana

CSUTCB- Confederación Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia

FUNAI- Fundação Nacional do Índio

NORAD- Agência Norueguesa para Cooperação Internacional

OMIR- Organização de Mulheres Indígenas de Roraima

Resumo

No presente trabalho pretendi realizar um estudo comparado, entre as distintas realidades em que viveram e se constituíram as mulheres indígenas do Brasil e da Bolívia entre os anos de 1970 e 2008. Investiguei como ocorreram os processos de participação dessas mulheres dentro das organizações indígenas já existentes, e majoritariamente dominadas por homens. A busca dessas mulheres por espaço as levou, em alguns casos, a organizarem-se de forma independente em associações, organizações e movimento de mulheres indígenas, ou também formarem departamentos dentro do movimento indígena amplo, que abriu espaços para suas demandas. Utilizei a metodologia da história oral com o objetivo de conhecer trajetórias e experiências dessas mulheres. Procurei observar nas narrativas, a maneira, como se deu o processo de participação política, suas estratégias para reivindicações perante o Estado e principalmente o protagonismo das novas organizações e espaços de mulheres.

Palavras-chave: Mulheres indígenas; Organizações; Identidade étnica; Gênero.

Abstract

In the present study intended to carry out a comparative study between the different realities in which they lived and were the indigenous women of Brazil and Bolivia between 1970 and 2008. Investigated as were the processes of involvement of women within the existing indigenous organizations, and mostly dominated by men. The search space for these women led them, in some cases, to organize themselves independently of associations, organizations and indigenous women's movement, and also form departments within the broader indigenous movement, which paved the way for their demands. Used the methodology of oral history in order to meet trajectories and experiences of these women. Tried to observe the narratives, the way, how was the process of political participation, their strategies for claims against the state and especially the role of new organizations and opportunities for women.

Keywords: Indigenous women; Organizations; Ethnic identity; Gender

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO I- CONTEXTO HISTÓRICO DO BRASIL E DA BOLÍVIA NO PERÍODO DAS DITADURAS CIVIS-MILITARES.	26
1.1 ORGANIZAÇÕES DE MOVIMENTOS SOCIAIS INDÍGENAS E SUAS ATUAÇÕES ENTRE 1967- 1989: OS PRIMEIROS ESPAÇOS DE MOBILIZAÇÃO.....	34
CAPÍTULO II- MULHERES INDÍGENAS E A FORMAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA BUSCA POR REPRESENTATIVIDADE.....	43
2.1 A QUESTÃO DA VISIBILIDADE NOS MOVIMENTOS INDÍGENAS: MULHERES INDÍGENAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.	45
2.2 MULHERES INDÍGENAS NO INTERIOR DAS ORGANIZAÇÕES: TRAJETÓRIAS DE FORMAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS DE RORAIMA E DA CONFEDERACIÓN NACIONAL DE MUJERES CAMPESINAS, INDÍGENAS Y ORIGINARIAS DE BOLIVIA “BARTOLINA SISA”.	49
2.3 APROXIMANDO GÊNERO E IDENTIDADE ÉTNICA: ALGUNS APONTAMENTOS.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
FONTES	76

Introdução

Iniciei minha pesquisa em fevereiro de 2011, quando me tornei bolsista de Iniciação Científica, financiada pelo CNPq¹, no Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Logo assumi as tarefas vinculadas à bolsa de pesquisa: participar das reuniões semanais: fichar e fazer leituras sobre o contexto pesquisado no projeto intitulado: *Do feminismo ao gênero – circulação de teorias e apropriações no Cone Sul (1960-2008)*, coordenado pela professora doutora Joana Maria Pedro, cuja pretensão é investigar a maneira como circularam as teorias do feminismo nos países do Cone Sul². Em princípio desenvolvi uma pesquisa relacionada a outro tema. No entanto, no fim do ano de 2011 o eixo da minha pesquisa já estava traçado: pesquisar a formação de organizações e associações de mulheres indígenas e a atuação dessas mulheres dentro desses então novos espaços de resistência. No ano de 2012 apresentei trabalhos em seminários e encontros, tanto regionais como nacionais, realizei viagem de pesquisa e obtive bons retornos. Após breve trajetória da pesquisa, passo agora à apresentação do trabalho.

As situações sociais em que se encontram as mulheres indígenas do Brasil e Bolívia, assim como de todo mundo, são diferenciadas. Dado o contexto de cada país, podem tanto achar-se em meio a condições de opressão e dominação relativas à colonização quanto em busca por uma participação política efetiva. No período pesquisado não era diferente.

A partir de tais constatações tracei o objetivo geral desta monografia que é narrar e caracterizar como essas mulheres indígenas se organizaram, reivindicaram espaços, articularam-se na esfera pública e privada, para construir a Organização de Mulheres Indígenas de Roraima- OMIR e a *Confederación Nacional de Mujeres Campesinas, Indígenas y Originarias de Bolívia “Bartolina Sisa”* - CNMCIQB BS.

Desse modo, não trabalhei com um esquema pronto, mas fui construindo o trabalho, e usando a teoria no diálogo constante com as fontes, procurando o “não dito”, buscando ler nas entrelinhas “*aquilo que potencialmente permite olhares e leituras diversas*”³, ousando

¹ Agradeço ao CNPq pelo financiamento da minha pesquisa que viabilizou grandes oportunidades e resultados, sendo este Trabalho de Conclusão de Curso um dos frutos dessa pesquisa.

² Os países que compõem o Cone Sul são: Argentina, Chile, Bolívia, Brasil, Paraguai, Peru e Uruguai.

³ FENELON, Déia Ribeiro. Cultura e história: historiografia e pesquisa. In: **Projeto história**. São Paulo, (10), dez/1993, p.77.

interpretar, ousando escrever a história de um modo novo, destacando as lutas dos movimentos sociais e particularmente dos movimentos indígenas, e de mulheres indígenas, que merecem ser estudados por seu protagonismo.

As mulheres, assim como os operários e os presidiários, durante séculos foram “*excluídos da história*”⁴. A história era vista, pensada e escrita a partir dos “grandes homens”, dos “grandes feitos”, portanto em uma ótica androcêntrica. Nesse sentido, é de fundamental importância o que Michelle Perrot nos propõe:

A história, tendo sido sempre concebida como somente história dos homens, é preciso então desvirizá-la. Introduzindo o conceito de relação entre os sexos, nós a desvirilizamos. Mas, por outro lado, não se trata de substituir uma história dos homens por uma história que seria unicamente das mulheres (...). Forçosamente, num primeiro momento as mulheres privilegiam o ponto de vista feminino que iniciariam a sua própria história. Existe uma espécie de fenômeno de compensação e a ideia de que é preciso tornar visível algo que, de certa forma, sempre esteve escondido. Mas o objetivo não é encher bibliotecas com uma história que não seria outra que aquela das mulheres. Evidentemente não.⁵

Para tanto, minha pesquisa torna-se pertinente, porque levanta uma problemática, ainda pouco estudada na área da história: as mulheres indígenas, seus processos de organização, de participação política e, principalmente, o protagonismo das novas organizações e espaços de mulheres, bem como as relações de gênero que se configuraram a partir da organização dos movimentos em questão.

Logo, esta pesquisa se propõe a dar vez e voz às mulheres indígenas desvirilizando a história, como forma de dar visibilidade àquelas que foram condenadas a séculos de silêncios, vendo-as como protagonistas da história, as quais, a partir de seus modos de vida construíram “tempos históricos diferenciados” como diria Walter

⁴ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª edição, 2011.

⁵ _____. Entrevista com Michelle Perrot. In: **Revista Projeto História**. São Paulo: PUC, nº 10, dez. 1993, p.129-130.

Benjamin⁶. Que resultou em uma organização cada vez mais articulada, para adquirir maior força de luta pela sua libertação e por melhoria da qualidade de vida.

A metodologia da História Oral foi uma das principais abordagens metodológicas desta pesquisa. Tais entrevistas, entendidas como relatos de memória me forneceram riquíssimas informações sobre as configurações dos movimentos de mulheres que foram analisados.

Verena Alberti nos adverte, “[...] como toda fonte histórica, a entrevista de História Oral deve ser vista como um ‘documento-monumento’⁷, conforme definido pelo historiador francês Jacques Le Goff.”⁸, ou seja, a entrevista é uma fonte produzida intencionalmente, com o objetivo de perpetuação da memória e, portanto, dos valores e inclinações de quem é entrevistado. Em vista disso, o momento em que é feita, a pessoa que entrevista e o ambiente interferem no resultado das narrativas obtidas.

Silva Salvatici, em Memórias de gênero: reflexões sobre história oral de mulheres, procura refletir sobre os usos dessa metodologia, já que a história oral e a história das mulheres, em seus propósitos e objetivos têm significados semelhantes, como ao focalizar uma história oculta, uma “história vinda de baixo”. Esta autora nos alerta, que:

[...] os entrelaçamentos entre história de mulheres e a história oral podem ser identificados seguindo trajetórias diferentes. Em primeiro lugar, está a exclusão das mulheres dos documentos escritos, geralmente considerados as únicas fontes válidas para a história. O interesse pelas mulheres e o uso de fontes orais ampliaram positivamente o cenário da pesquisa histórica e nele introduziram novos tópicos de investigação, tais como vida diária, as atividades domésticas e a esfera privada de mulheres. O objetivo político do movimento feminista era dar valor a essas áreas específicas de experiência feminina, e a história oral forneceu

⁶ BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 8ª edição, 2012, p. 229.

⁷ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1992. p. 535.

⁸ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155.

assunções teóricas e soluções metodológicas para caminhar nessa direção.⁹

Este entrelaçamento entre História Oral e História das Mulheres, proposta pela autora citada acima, nos estimula a incluir estas abordagens nesta pesquisa. Todavia levamos em conta que a memória promove uma construção do passado, é pautada por emoções e vivências, de acordo com as experiências e as necessidades do presente.

A este respeito, Marieta M. Ferreira nos alerta que;

A valorização de uma história das representações, do imaginário social e da compreensão dos usos políticos do passado pelo presente promoveu uma reavaliação das relações entre história e memória e permitiu aos historiadores repensar as relações entre passado e presente e definir para a história do tempo presente o estudo dos usos do passado. [...] Essa perspectiva que explora as relações entre memória e história possibilitou uma abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos, ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa.¹⁰

Para tanto, Alessandro Portelli (1997), considera que as fontes orais nos dão informações sobre “povos iletrados ou grupos sociais cujo a história escrita é ou falha ou distorcida”¹¹. Que possibilitam, as fontes orais, também revelar a vida diária e material destas pessoas ou grupos,

⁹ SALVATICI, Silva. Memórias de gênero: reflexões sobre história oral de mulheres. In: Associação Brasileira de História Oral. **História Oral**. Vol.8, nº 1, Recife: CNPQ, 2005. p. 31.

¹⁰ FERREIRA, M. M. História, tempo presente e história oral. **Topoi Revista de História** [online], 2002, vol. 1, n. 5, pp. 314-332. Disponível em <<http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/topoi5a13.pdf>>. Acesso em 16 de julho de 2011, p. 165.

¹¹ PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Projeto História**. São Paulo (14) fev. 1997. P. 27. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/11233/8240>. Acesso 01 de dezembro, 2013.

como no caso das mulheres indígenas, que conhecemos seus modos de vida por meio das narrativas orais.

Nesta pesquisa também foi utilizada a categoria de análise “gênero”. Os papéis de gênero nos são ensinados como próprios da condição de ser homem ou mulher, configurando-se enquanto uma imagem idealizada do masculino e do feminino¹², de modo que não percebemos sua produção e reprodução social. Segundo Scott (1990), tal categoria permite compreender como se estabelecem as relações de dominação entre os sexos e os conflitos que suscitam; a forma como se elaboram os distintos papéis, as expectativas, a divisão social e sexual do trabalho; como foram projetadas as subjetividades pessoais e coletivas.¹³

Além das perspectivas metodológicas já apresentadas, vale lembrar neste momento das contribuições vindas da História Comparada, para a consolidação desta pesquisa. José Assunção D’Barros (2007), ao refletir acerca das origens da História Comparada, realiza um panorama histórico do campo e marca a produção de Marc Bloch como fundamento simbólico para tal perspectiva, argumentando;

Se a História Comparada fora, na época de Marc Bloch, pouco mais do que uma estimulante promessa, ou uma bem intencionada tentativa de melhor compreender os vários povos do planeta, hoje ela pode ser considerada um campo intradisciplinar bem estabelecido e com direito a uma rubrica própria. De resto, suas potencialidades vão bem além da simples intenção de comparar nações ou povos, e mesmo a História Regional pode se beneficiar eventualmente de uma composição estreita com as abordagens propostas pela História Comparada¹⁴.

¹² Ver PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** [online]. 2005, vol.24, n.1, pp. 77-98. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf> >. Acesso em 12 de agosto de 2011.

¹³ SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16(2) 5-22, jul/dez. 1990.

¹⁴ BARROS, José D’Assunção Origens da História Comparada. As experiências com o comparativismo histórico entre o século XVIII e a primeira metade do século XX. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 25, p.141-173, jul. 2007, p. 143

Enquanto uma perspectiva teórica metodológica, a história comparada deve, fugir das justaposições e das classificações. Ainda como discute Barros, tal metodologia iluminaria um objeto ou situação a partir de outro, mais conhecido, “de modo que o espírito que aprofunda esta prática comparativa dispõe-se a fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, a perceber variações de um mesmo modelo”¹⁵. Mantendo-se, porém longe das generalizações, como afirma Maria Ligia C. Prado, “não deve estar comprometida com a busca de generalizações; a produção acadêmica latino-americana, das décadas de 1960 e 1970, foi claramente marcada por essa discutível visão generalizante”¹⁶.

Do exposto, fica clara a contribuição da História Oral para atingir os objetivos da pesquisa. Logo, os processos históricos analisados como tema desta monografia, relativos principalmente aos movimentos indígenas, estiveram em constante avanço, o que nos proporcionou conhecer os cenários sociais, políticos e culturais, tanto da Bolívia quanto do Brasil. Embora, prossigam os problemas quanto ao exercício e reconhecimento de sua liderança e representatividade em organizações formais, quer sejam elas de natureza local, pan-indígena, ou interétnica. Entraves de ordem estrutural, histórica e cultural tem-se constituído em inspiração para as lutas políticas das mulheres indígenas. Elas têm sido influenciadas por suas sociedades e culturas, principalmente pela discriminação por parte de maridos, pais e irmãos¹⁷. Contudo, tanto nos embates políticos como nas lutas cotidianas, as mulheres indígenas têm marcado presença.

Quando buscaram organizar seus próprios espaços, sendo eles independentes como as organizações de mulheres indígenas ou ligados a departamentos dentro de organizações indígenas que já existiam, essas mulheres caracterizaram novos espaços de representação política. Iniciado o processo de organização, conseguiram além das próprias motivações das mulheres - a busca por igualdade, representatividade, melhores condições de vida -, o apoio e incentivo de instituições internacionais, como aconteceu com algumas organizações indígenas da Bolívia, só para citar um exemplo.

¹⁵ BARROS, José. História Comparada- um novo modo de ver e fazer a história. Revista de História Comparada. V.1, n. 1, jun/2007.p. 5

¹⁶ PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a História comparada da América Latina. **Revista de História** 153, 2ºed. 2005. p.23

¹⁷ SIMONIAN, Ligia T.L. **Mulheres da floresta amazônica**: entre o trabalho e a cultura. Belém: UFPA/NAEA, 2001. p.151.

Para tratar mais especificamente do povo indígena utilizei a obra “Género, etnicidad y participación política” da autora Virginia Aillón, pois ela fornece instrumentos para se pensar na questão étnica, enquanto prática discursiva e ferramenta de reivindicações sociais, inserida no contexto de movimentações sociais no campo desde o período de ditaduras até os dias atuais. Por isso tal obra tornou-se um dos referenciais teóricos essenciais, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim, esta monografia está dividida em dois capítulos. O primeiro capítulo tem por finalidade pensar o contexto social, político, econômico e cultural do Brasil e da Bolívia, no qual busco refletir acerca dos primeiros espaços de mobilização indígena.

O segundo capítulo reflete sobre as motivações, inquietudes, resistências e necessidades por que passaram tais mulheres para que pudessem se organizar e lutar por uma participação política mais efetiva, além de analisar a constituição da Organização de Mulheres Indígenas de Roraima - OMIR e a *Confederación Nacional de Mujeres Campesinas, Indígenas y Originarias de Bolivia “Bartolina Sisa”* - CNMCIOS BS.

Capítulo I

Contexto histórico do Brasil e da Bolívia no período das ditaduras civis-militares.

Para entendermos como ocorreram as ditaduras civis- militares¹⁸ na região do Cone Sul¹⁹, principalmente no Brasil e na Bolívia, primeiro temos que compreender as disputas e conflitos do pós Segunda Guerra Mundial. Neste momento, chamado de Guerra Fria, o mundo encontrava-se bipolarizado, ou seja, dividido em duas partes: de um lado estavam os aliados da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS, os adeptos ao regime socialista; de outro, os aliados dos Estados Unidos da América - EUA, com sua potência econômica voltada para o desenvolvimento do capitalismo²⁰. As disputas eram grandes na conquista de novos aliados, e na América Latina isso não foi diferente. As duas potências interferiam nos países da região, oferecendo ajuda e benefícios a diversos grupos, fossem eles de direita (EUA) ou de esquerda (URSS).

Ideologias comunistas se alastravam pelos países latinos americanos, fato que preocupava aqueles que se guiavam pela cartilha estadunidense e que fez com que se disseminasse uma gigantesca propaganda anticomunista. Assim, em defesa da liberdade e da Segurança Nacional, os golpes militares foram justificados e tiveram amplo apoio da sociedade civil e da hierarquia eclesiástica, inicialmente²¹.

A região do Cone Sul passou por momentos conturbados durante as décadas de 1960 e 1970, período em que todos os países da região ficaram submetidos a ditaduras civis-militares. Estas marcaram a história recente desses países e deixaram raízes que, ainda hoje, permanecem vivas nas memórias de muitas gerações. Assim, sem exceção, todos passaram por um ou mais de um golpe civil-militar, fatos que acabaram por reformular as relações internas de poder e a forma do

¹⁸ “O termo civil-militar, ao invés somente de ditadura militar, serve para reforçar e relembrar a participação dos setores civis da sociedade no momento dos golpes de Estado e durante o período ditatorial”. Para aprofundar-se neste outro olhar, que faz parte de uma historiografia recente, recomenda-se: REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

¹⁹ Os países que compõe o Cone Sul são: Argentina, Chile e Uruguai, Bolívia, Brasil, Paraguai e Peru.

²⁰ COGGIOLA, Oswaldo. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 17.

²¹ *Ibidem*, p. 24

exercício da política no interior dos Estados nacionais²². Apesar de terem se constituído na região regimes distintos, todos tinham em comum um profundo discurso anticomunista e buscaram respaldar sua legitimidade na ideologia da Segurança Nacional.

Propomos aqui uma abordagem metodológica que traça uma análise comparativa entre Bolívia e Brasil, sociedades próximas geograficamente que, dentro do recorte proposto, passaram pela ação repressora dos regimes ditatoriais. Tal abordagem é a utilizada por Marc Bloch para realização de uma história comparada, onde “estudar paralelamente sociedades vizinhas e contemporâneas, constantemente influenciadas umas pelas outras, sujeitas em seu desenvolvimento, devido à sua proximidade e à sua sincronização, à ação das mesmas grandes causas, remontando, ao menos, uma origem em comum”²³. Contudo, é importante lembrar que a história comparada não busca somente as semelhanças, mas também as diferenças, já que “[...] cada sociedade tem seu dinamismo próprio, inerente a um processo de transformações que se estabelece em uma diacronia”²⁴. Este dinamismo também pode ser observado dentro de uma mesma sociedade, como no caso dos regimes ditatoriais vividos por esses dois países, ou no interior das organizações que serão aqui estudadas no próximo capítulo.

O regime civil-militar brasileiro e os sucessivos golpes na Bolívia possuem uma história bastante diferente, mas que se aproxima em alguns pontos. Segundo Coggiola (2001), a Bolívia detém o recorde mundial em golpes militares: no período de 1964-1980, nove golpistas assumiram a presidência de forma ilegal em governos de cunho ditatorial.

O primeiro deles, de 1964-1969, foi o general René Barrientos. Em seu governo foi arquitetado o Pacto Militar-Camponês, tentativa de utilizar o sindicalismo rural para se contrapor às demandas da *Central Obrera Boliviana* - COB, onde a influência comunista era forte. O arranjo funcionou razoavelmente sob a liderança de Barrientos: “A Central Operária Boliviana ficou isolada e desta maneira a confrontação entre ela e as Forças Armadas tornou-se o eixo de toda a luta política até

²² CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 6a. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p.145.

²³ BLOCH, Marc apud BARROS, José D' Assunção. História Comparada: um novo modo de ver e fazer a história. Revista de História Comparada. V1, n.1. Rio de Janeiro, 2007. p.13.

²⁴ Ibidem, p. 25-26.

a transição à democracia”²⁵. Neste mesmo momento, Ernesto “Che” Guevara tentou criar um foco guerrilheiro na remota região de Ñankaguasu, na expectativa do apoio dos mineiros e da adesão dos camponeses. O fracasso da iniciativa resultou na morte do revolucionário, durante o governo Barrientos.

Entre 1969 a 1971, sob o comando dos generais Alfredo Ovando e Juan Torres, houve certa abertura política que aproximou ainda mais o ativismo urbano dos intelectuais aymaras com o sindicalismo rural que permanecia em defesa dos ayllus²⁶.

O Pacto Camponês-Militar enfrentou problemas à medida que uma nova geração de líderes sindicais resistiu às interferências da ditadura. O acordo naufragou durante os massacres do governo de Hugo Banzer (1971 – 1978). Rosário Mamani Apaza, intelectual feminista boliviana, em sua entrevista concedida às pesquisadoras do Laboratório de Estudos de Gênero e História, esclareceu o terror vivido nos mais diversos espaços, sob tal governo, inclusive nas minas de cobre, onde havia grande articulação sindical. Ela conta:

Então, vivia nas minas, também as minas foram um suporte bem forte para contestar o sistema, mas também foram espaços de forte repressão. Então, eu vivo todo este processo de repressão como filha de um dirigente, e todos os anos da ditadura, porque inclusive de 70 a 77 que foi a repressão mais cruel de Bolívia, que foi de Banzer, minha família vive esta repressão.²⁷

As mulheres constituíram a mais destacada resistência às prisões e exílios durante a ditadura de Banzer. Ainda que pouco se fale sobre isso, o episódio com maior destaque foi a célebre greve de fome iniciada por quatro mulheres de mineiros em 1978, pela anistia de líderes mineiros presos²⁸. A resistência organizou protestos e manifestações que

²⁵ MAYORGA, René Antonio. La Democracia o el Desafío de la Modernización Política. In: CAMPERO, Fernando (Org.). **Bolívia en el Siglo XX**. La Paz: Harvard Club de Bolivia, 1999. p. 345.

²⁶ Comunidades tradicionais indígenas

²⁷ APAZA, Rosário Mamani; PACO, Mary F. Marca. **Entrevista**. Concedida a Joana Maria Pedro e Gabriela Miranda Marques (digital). La Paz, Bolívia, 13/12/2007. Acervo do LEGH/UFSC. p.6.

²⁸ PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero**,

foram reprimidos com violência: com ataques de blindados e artilharia contra manifestantes, que resultaram, por exemplo, nos massacres de Tolata, Epizanga e Melga²⁹.

Entretanto, mesmo com tanta repressão, já no fim do período autoritário de Banzer, surgiu na Bolívia um forte movimento contestatório de base rural, que se expressava tanto em termos de classe social como também de identidade indígena, conhecido como Movimento Katarista³⁰, apresentado no próximo subcapítulo.

Quando refletimos que foi durante o governo Banzer que se instalou a Operação Condor³¹ no Cone Sul, podemos afirmar que as práticas de violência e repressão contra o povo boliviano foram reforçadas, uma vez que nesse período foram efetuadas detenções em massa, houve desaparecimentos - inclusive de bolivianos que estavam em outros países do Cone Sul -, mortes e exílios em grande escala”.

Em 1º de novembro de 1979, o general Alberto Natusch Busch derrubou o governo democrático através de um golpe sangrento, que impediu a convocação do congresso da *Confederación Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* – CSUTCB, formada em julho de 1979 e liderada pelo aymara Jenaro Flores. Que estava incentivando a convocação de uma assembleia para novembro de 1979, onde se pretendia a articulação de uma organização de mulheres que viria a ser a Federación de Mujeres Campesinas de Bolivia - “Bartolina Sisa”, objeto de estudo do segundo capítulo desta monografia.

Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010. p.122.

²⁹ HASHIZUME, Maurício. Tensões e combinações entre classe e cultura na Bolívia contemporânea. In: IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. ISSN: 2177-9503. Ano 2010, Londrina, Universidade Estadual de Londrina. **Anais...** p. 93. Disponível em: <<http://www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/a007.pdf>>. Acesso 21 de setembro de 2013.

³⁰ O movimento leva este nome em homenagem a Tupac Katari, líder da grande insurreição indígena do século XVIII

³¹ A partir de 1975 passou a vigorar por todo o Cone Sul- intensificaram a tensão e o terrorismo estatal nesses países. Foi uma aliança político-militar criada para reprimir a resistência aos regimes ditatoriais instalados nos seis países do Cone Sul (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia). Os documentos que comprovam essa conexão entre os países: Brasil, Paraguai, Bolívia, Uruguai, Argentina e Chile, além da assessoria e auxílio da Central Intelligence Agency - CIA- e outros setores dos Estados Unidos, podem ser encontrados no Arquivo do Terror, no Paraguai.

Em resposta, houve uma revolta popular liderada pela *Central Obrera Boliviana* - COB, o que gerou violenta repressão generalizada, conhecida como “massacre de todos os santos”, ação que resultou na morte de mais de 100 pessoas e 30 desaparecimentos³². Dezesseis dias depois, a resistência popular forçou Natusch Busch a devolver o poder ao Congresso que elegeu a presidente da Câmara dos Deputados, Lidia Gueiler, como Presidente da República interina, até as eleições em 29 de Junho do ano seguinte.

Em 1980, Hernán Siles Zuazo, de centro-esquerda, foi eleito presidente, mas foi impedido de assumir por um novo golpe liderado pelo general Luis García Meza, apoiado pelos paramilitares recrutados pelo criminoso de guerra nazista Klaus Barbie e o terrorista italiano Stefano Delle Chiaie, que derrubaram a presidente interina constitucional Lidia Gueiler Tejada. Este foi o momento de maior paralisação das organizações tanto para os homens como para as mulheres, o golpe de Meza deu fim a certas formas de lideranças, “dio fin y dio inicio a uma faceta diferente en la construcción de las organizaciones populares de hombre y mujeres”³³.

O Governo Garcia Meza, pode ser caracterizado pela repressão brutal de seus oponentes, registrando prisões, assassinatos e desaparecimentos forçados realizados pelo Ministério do Interior à frente de Luis Arce Gómez³⁴. O pouco apoio da população pobre e da comunidade internacional, bem como provas de vínculos com o tráfico de drogas levaram o governo de fato ao fim em 1981³⁵.

Encerrou-se assim o período de ditaduras militares na Bolívia. Todavia, vale ressaltar ainda que tanto García Meza como Luis Arce Gómez, foram condenados a 30 anos de prisão por crimes cometidos durante a ditadura boliviana, desde 2009 os dois dividem uma cela na

³² ASSOCIACIÓN DE FAMILIARES DE DETENIDOS DESAPARECIDOS Y MÁRTIRES POR LA LIBERACIÓN NACIONAL. **Informe sobre las desapariciones Forzadas en Bolivia**. 2ª ed., La Paz: Garza Azul, 2008. p. 24.

³³ AILLÓN, Virginia (Org.). **Gênero, etnicidad y participación política**. La Paz, Bolívia: Diakonia, 2006. p. 83.

³⁴ SALVATIERRA, Julieta. Que significado la dictadura de Garcia Meza para las mujeres. In: ASOFAMD. **Para que no se olvide** - la dictadura de LuizGarcia Meza. La Paz, Bolívia: ASOFAMD, 1997, p. 229-233.

³⁵ COGGIOLA, Oswaldo. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.p. 44

* * *

No período de 1964 a 1985, o Brasil foi governado por militares, momento em que a direção das Forças Armadas assumiu o controle de vários setores do poder público. Maria Helena Moreira Alves, em seu livro intitulado *Estado e oposição no Brasil*, lembra que logo nos anos iniciais do governo, a política econômica voltada para o capital internacional gerou lucros que não foram repassados aos trabalhadores; pelo contrário, houve um empobrecimento dos brasileiros devido ao arrocho salarial, o que resultou em um grande descontentamento da classe média e de membros da Igreja Católica, que antes haviam apoiado o regime civil-militar.

Após a deposição de João Goulart, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, ocupou provisoriamente o cargo de presidente da República, até a posse do general Castelo Branco. Entre suas ações, Castelo Branco, decretou o ato Institucional nº 1, que estabelecia:

Por ele foram cassados os direitos políticos, pelo período de dez anos, de grande número de líderes políticos, sindicais e intelectuais e de militares. Além das cassações foram usados também outros mecanismos, como a aposentadoria forçada de funcionários públicos civis e militares. Muitos sindicatos sofreram intervenção, foram fechados os órgãos de cúpula do movimento operário, como a CGT e o UPA. Foi invadida militarmente e fechada a UNE, o mesmo acontecendo com o ISEB.³⁷

Depois do AI-1, vieram o AI-2, o AI-3 e o AI-4, nos quais foram cessadas as atividades em associações civis, proibiram-se os movimentos de greve e foi imposta uma nova Constituição, que

³⁶ SITE MSN NOTÍCIAS. **Autoridades cortam privilégios a ex ditador boliviano preso.** Disponível em <http://noticias.latam.msn.com/xl/latinoamerica/articulo_afp.aspx?cp-documentid=259060751>. Acesso 13 de outubro de 2013.

³⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 6.ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.p.160.

promulgava a ditadura civil-militar através da atividade de apenas dois partidos políticos: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA)³⁸.

No ano de 1967, quem assumiu a presidência foi o general Arthur Costa e Silva, no mesmo ano da criação da Fundação Nacional do Índio, que discutiremos em breve. Naquele momento, cresceram no país as manifestações públicas contra a ditadura civil-militar. Os movimentos de oposição organizaram a “Passeata dos Cem Mil”, no Rio de Janeiro e foi reorganizada a União Nacional dos Estudantes (UNE). Apesar da repressão policial violenta, estudantes saíram às ruas em passeatas, operários organizaram greves contra o arrocho salarial, políticos fizeram discursos contra as imposições do governo, sacerdotes progressistas pregaram contra a fome do povo e a tortura de presos políticos³⁹.

A partir de 1968, com o decreto do Ato Institucional número cinco, o famoso AI-5, e com o amadurecimento do próprio regime ditatorial, o Brasil enfrentou os extremos da repressão, “de fato, a partir do AI- 5, as diversas instâncias repressivas já existentes passaram a agir segundo o *ethos* da comunidade de segurança e de informações ou com ela entraram em conflito”⁴⁰. Grande parte da população brasileira considerou, este ato como o mais violento de todos, pois legalizou a repressão política, vejamos neste trecho:

A tortura passara a ser praticada como forma de interrogatório em diversas guarnições militares. Instalado como meio eficaz para combater a “corrupção e a subversão”, o governo atribuiu-se a megalomaniaca tarefa de acabar com ambas. O instrumento desse combate eram os inquéritos policial-militares (IPMs), abertos em todos os estados e submetidos, inicialmente, ao controle de uma comissão geral de investigações (CGI), chefiada por um marechal.⁴¹

³⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru; São Paulo: Edusc, 2005. p. 68.

³⁹ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 6.ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.p.181.

⁴⁰ FICO, C.. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, 24(47), 2004. p. 37.

⁴¹ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.134.

Apesar deste cenário de repressão consolidado, a Lei de Segurança Nacional foi decretada somente em 1969, após a morte de Costa e Silva, sob o governo de uma Junta Militar, composta por Aurélio de Lira Tavares, Augusto Rademaker e Márcio de Sousa e Melo. Nesta lei, os opositores à ditadura civil-militar brasileira eram condenados ao exílio e à pena de morte. No entanto, a recusa do regime em admitir a existência de presos políticos, possibilitou que assaltantes de bancos sem engajamento político-partidário fossem enquadrados junto com os guerrilheiros e demais militantes na Lei de Segurança Nacional de 1969⁴².

O general Emílio Garrastazu Médici, se elegeu presidente ainda em 1969, seu governo é considerado o mais duro e repressivo do período, conhecido como "anos de chumbo". A repressão à luta armada cresceu e uma severa política de censura foi colocada em execução, desde jornais até peças de teatro e filmes foram censurados. O Destacamento de Operações e Informações e ao Centro de Operações de Defesa Interna - DOI-CODI, atuava como centro de investigação e repressão do governo, muitos professores, políticos, músicos, artistas e escritores foram investigados, presos, torturados ou exilados do país. No campo a guerrilha rural, principalmente no Araguaia, foi fortemente reprimida pelas forças militares.

Na área econômica o país expandiu rapidamente de 1969 a 1973. Tal crescimento ficou conhecido como a época do Milagre Econômico. O PIB brasileiro cresceu a uma taxa de quase 12% ao ano, enquanto a inflação beirou os 18%. Com investimentos internos e empréstimos do exterior, o país avançou e estruturou uma base de infraestrutura. Porém, todo esse crescimento teve um custo altíssimo, gerou uma dívida externa elevada para os padrões econômicos do Brasil⁴³.

Em 1974, iniciou-se um processo lento de redemocratização no Brasil com Ernesto Geisel no poder. Reinstaurou-se o habeas-corpus, pôs-se fim aos Atos Institucionais e abriu-se caminhos rumo à democracia para a população brasileira. Em paralelo às ações do Estado, as nações indígenas no Brasil iniciaram uma fase de organização, em

⁴² FARIA, Cátia. *Dura Lex, Sed Lex: A luta pelo reconhecimento dos presos políticos no Brasil (1969-1979)*. **Revista Histórica**. Edição: nº 33. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao33/materia05/>>. Acesso 17 de outubro de 2013.

⁴³ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru; São Paulo. Edusc, 2005. p. 71.

muitos sentidos semelhantes as que vinham acontecendo em outros países latino-americanos. A primeira de uma série de assembleias ocorreu em abril de 1974, no estado do Mato Grosso, e contou com a participação de apenas 17 índios⁴⁴. Trataremos sobre as mobilizações das organizações indígenas no Brasil e na Bolívia no próximo subcapítulo desta monografia.

A abertura democrática do Brasil começou a ser sentida a partir de 1978, na transição para o último governo militar brasileiro, o do general João Baptista Figueiredo, pois foi neste governo que foi decretada a “Lei da Anistia”, que concedeu o direito de retorno ao Brasil dos políticos e brasileiros exilados, liberou novamente expressões artísticas e de mídia e também foram criados, nesse processo de abertura, os partidos como o Partido dos Trabalhadores – PT, e o Partido Democrático Social - PDS⁴⁵.

Em 25 de abril de 1984, sob grande expectativa dos brasileiros, a emenda das eleições diretas foi votada. Devido a uma manobra de políticos contra a redemocratização do país, a emenda foi rejeitada por não alcançar o número mínimo de votos para a sua aprovação. Em janeiro de 1985, a mobilização popular, no entanto, força uma transição para a democracia, Tancredo Neves foi eleito novo presidente do Brasil, pela Aliança Democrática (PMDB e Frente Liberal). No entanto, Tancredo morreu antes de assumir a presidência, e o vice-presidente José Sarney tomou posse na presidência. Logo se desenvolveu a nova constituição, que foi publicada em 1988, e promulgada a democracia⁴⁶.

Após apresentação deste panorama geral dos governos ditatoriais no Brasil e na Bolívia, refletiremos, a seguir, acerca das primeiras mobilizações que culminaram em organizações e movimentos indígenas na Bolívia e Brasil.

1.1 Organizações de movimentos sociais indígenas e suas atuações entre 1967- 1989: os primeiros espaços de mobilização.

⁴⁴ CALEFFI, Paula. “O que é ser índio hoje?” A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI. **Diálogos Latinoamericanos**. Numero 007; Universidad Aarhus, 2004. p. 28. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/23103_Cached.pdf>. Acesso 21 de agosto de 2013.

⁴⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru; São Paulo. Edusc, 2005, p. 153.

⁴⁶ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.178.

As primeiras articulações e mobilizações para constituição de organizações e movimentos indígenas ocorreram em meio a regimes autoritários marcados por repressão e violência. Desse modo, este subcapítulo pretende realizar um diálogo mais detalhado, entre as experiências vividas por cada país, Brasil e Bolívia, no que diz respeito à construção de espaços de mobilização.

Primeiramente, vale a pena refletir acerca do que era “ser índio” no final do séc. XX e início do XXI. Ser índio era ser portador de um status jurídico, que lhe garantia uma série de direitos. Era fazer parte de uma coletividade que, “por suas categorias e circuitos de interação, distingue-se da sociedade nacional, e reivindica-se como “indígena”⁴⁷. Ou seja, percebia-se como descendente de população de origem pré-colombiana.

Sob a categoria "indígena", encontravam-se diferentes grupos étnicos, diferentes tanto entre si, como das sociedades nacionais, os quais reivindicavam parte de seus direitos baseados no princípio dos "Direitos Originários", desta forma o que inicialmente foi uma classificação identitária atribuída pelo colonizador, passou a ser uma categoria de luta e uma identidade que, de atribuída tornou-se politicamente operante⁴⁸.

No Brasil, tem-se uma tradição histórica de figuras intermediárias atuantes entre os grupos indígenas e os diferentes agentes sociais, com a finalidade de proteção e representação dos grupos nativos. Todavia, esta tutela sempre foi feita por não índios, mas por determinados órgãos do Estado, como por exemplo, a partir de 1910 era realizada pelo Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais - SPIILTN, posteriormente conhecido somente como SPI.

Em 1966, em meio a acusações de corrupção, o Serviço de Proteção ao Índio foi extinto e substituído, em 1967, pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, que para Pacheco de Oliveira (1998):

[...] demorou a estruturar em novos moldes o legado do SPI. A partir de 1969 a principal

⁴⁷ PACHECO DE OLIVEIRA, João. (org). **Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998. p. 282.

⁴⁸ CALEFFI, Paula. “O que é ser índio hoje?” A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI. **Díálogos Latinoamericanos**. No. 007. Universidad Aarhus, 2004. p.21. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/23103_Cached.pdf >. Acesso 21 de agosto de 2013.

preocupação de seus dirigentes passou a ser a implementação de projetos econômicos (agrícolas, de criação de gado, de extração de madeira etc), a comercialização de artesanato e contratos de arrendamentos, que compunham a "renda indígena". A perspectiva era então de transformar o exercício da tutela em um gerenciamento de bens (terra, trabalho e outros recursos) referidos como sendo de posse e usufruto exclusivo do índio, tendo em vista desse modo tornar a assistência ao índio uma atividade autofinanciável para a burocracia estatal. As diretrizes anuais e os planejamentos estabelecidos ocupavam-se primordialmente dessas atividades, sendo dada muito pouca atenção às demais responsabilidades do órgão. Tal preocupação se estendeu até os dias atuais, muito embora a partir de 1975 também tenha sido bastante enfatizado o estabelecimento de uma infraestrutura de natureza assistencial.⁴⁹

Desse modo, a Fundação Nacional do Índio, estava dando continuidade à política indigenista atrelada ao Estado e às suas prioridades, como destaca Manuela Carneiro (1998);

Os anos 1970 são os do “milagre”, dos investimentos em infraestrutura e em prospecção mineral, é a época da Transamazônica, da barragem de Ticuruí e da Balbina, do Projeto Carajás. Tudo cedia ante a hegemonia do “progresso”, diante do qual os índios eram empecilhos; forçava-se o contato com os grupos isolados para que os tratores pudessem abrir estradas e relocavam-se os índios mais uma vez, primeiro para afastá-los da estrada, depois para afastá-los do lago da barragem que inundava suas terras.⁵⁰

Mesmo com a Fundação Nacional do Índio – FUNAI - temendo perder o monopólio do controle sobre os grupos indígenas, estes

⁴⁹ PACHECO DE OLIVEIRA, João. (Org). **Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998. p.72.

⁵⁰ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Historia dos índios no Brasil**. 2. Ed. São Paulo (SP): FAPESP : Cia das Letras, 1998. p.27.

começaram a se envolver em assembleias. Tais assembleias principiaram a ocorrer no ano de 1974, como já foi mencionado, e timidamente passaram a se multiplicar pelo Brasil. Apoiadas, sobretudo, pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI - pertencente à Igreja Católica, “que conseguia reunir em assembleias vários representantes de diferentes povos indígenas de diversas partes do Brasil, fornecendo meios de transporte, hospedagem e alimentação”⁵¹. Embora houvesse tais assembleias, esses espaços públicos ainda eram de domínio masculino, as poucas mulheres que dele participavam estavam na condição de acompanhante de seus maridos, suas vozes eram silenciadas.

Fica evidente, a influência da Igreja Católica sob a corrente da Teologia da Libertação⁵², tanto no caso do apoio e incentivo vindos do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, para articulações no Brasil, como acabamos de ver, quanto na orientação que auxiliaria, posteriormente, na estruturação do Movimento Katarista na Bolívia, como veremos em breve.

Ainda falando do Brasil, no fim da década de 1970 multiplicaram-se as organizações não governamentais de apoio aos indígenas, e no início da década de 1980, pela primeira vez, se organizou um movimento indígena de âmbito nacional. Enquanto o Conselho Indigenista Missionário – CIMI - continuou a promover reuniões frequentes em vários estados, um grupo independente de jovens índios de diversas etnias, Terena, Xavante, Bororó, Pataxó e Tuxá, que estudavam em Brasília propôs, em abril de 1980:

⁵¹ RAMOS, Alcida. Apud CALEFFI, Paula. “O que é ser índio hoje?” A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI. **Diálogos Latinoamericanos**. No. 007. Universidad Aarhus, 2004. p.2. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/23103_Cached.pdf>. Acesso 21 de agosto de 2013.

⁵² A Teologia da Libertação foi uma corrente dentro da Igreja Católica, muito influente na América Latina a partir do final da década de 1960 e durante os anos 1970, e baseava-se no princípio da “opção preferencial pelos pobres”. Uma das estratégias de aproximação dos representantes dessa corrente com as classes populares era valorizar a história e a cultura dos povos andinos, e, com isso, atrair o maior número de pessoas para as paróquias, aumentando a sua influência social. Ver: Hashizume, Maurício Hiroaki. **A formação do movimento katarista: classe e cultura nos andes bolivianos**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. p. 96

[...] uma assembleia indígena na cidade de Campo Grande (estado de Mato Grosso do Sul) encerrou-se com a fundação da UNI, outra versão da União das Nações Indígenas, com o objetivo de “promover a autonomia e a autodeterminação, recuperar e garantir a inviolabilidade de suas terras e assessorar os índios no reconhecimento de seus direitos, elaborando e executando projetos culturais e de desenvolvimento comunitário”(CEDI 1981/38). Mais um mês se passou e outra reunião, com representantes de 15 “nações indígenas”, terminou com a criação da “Federação Indígena Brasileira”. Os participantes declararam-se aliados da UNI, que passou a ser considerada como produto da fusão da UNIND e da Federação. A invenção e reinvenção da UNI por distintos promotores atestam para a maturidade da ideia e mesmo a urgência de se criar uma organização pan-indígena naquele momento histórico do seu contato com os brancos.⁵³

Essa mobilização da União das Nações Indígenas e de organizações não governamentais, explica as grandes novidades obtidas na Constituição de 1988, que abandonou as metas e o jargão assimilacionista e reconheceu os direitos originários dos índios, como seus direitos históricos à posse de terra, por exemplo. E ainda reconheceu as organizações e comunidades indígenas como legítimas no processo de defesa de seus direitos e interesses.

Na Bolívia o movimento indígena esteve, e ainda está em alguns casos, atrelado ao sindicalismo rural, não tendo, explicitamente, o mesmo caráter de tutela como no Brasil. Desde os anos 1940, sucessivos governos civis e militares organizaram os camponeses no seio de entidades corporativas na forma de “sindicatos” – que assumiu formas diferenciadas, mais próximas da organização tradicional do que do

⁵³RAMOS, Alcida. Apud CALEFFI, Paula. “O que é ser índio hoje?” A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI. **Diálogos Latinoamericanos**. No. 007. Universidad Aarhus, 2004. p.29. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/23103_Cached.pdf>. Acesso 21 de agosto de 2013.

modelo moderno de organização da classe trabalhadora com base em atividades econômicas⁵⁴.

No entanto, as estruturas sindicais fomentadas pelo Estado – tanto no contexto da Revolução de 1952⁵⁵, sob as rédeas do Movimento Nacionalista Revolucionário - MNR, quanto pelos sucessivos regimes militares - por meio do “Pacto Militar-Camponês” - serviram paradoxalmente como apoio organizacional, desde o qual foi construído o Katarismo, principalmente a partir do final dos anos 1960⁵⁶. Vale lembrar que estamos refletindo sobre o Movimento Katarista na sua dimensão de movimento indígena, já que também aconteceram desdobramentos do Katarismo em partidos políticos e organizações armadas.

Silvia R. Cusicanqui em seu livro *Oprimidos pero no vencidos: lucha del campesinado aymara y quechwa, 1900-1980*, ressalta que o surgimento do Movimento Katarista resultou de três fatores: o não-atendimento das demandas agrárias, a repressão do Estado e o nascimento de uma nova elite indígena. O fracasso das políticas “desenvolvimentistas” no campo boliviano, incluindo o fracasso da reforma agrária, gerou profundos agravantes para a população indígena e camponesa. Os kataristas, com seu trabalho paralelo e subterrâneo ao longo da ditadura militar e sob a proteção da igreja, foram os primeiros a ter condições de exprimir sua oposição ao regime militar e retomar o funcionamento das organizações políticas e sindicais independentes do governo, afirma a autora.

Neste sentindo, em 1969, começou a despontar, portanto, uma nova geração de líderes aymaras - alguns deles provenientes das antigas

⁵⁴ COSTA, Lício Romero. **O retorno de Katari**: cultura histórica e processo de emergência política do movimento cocalero na Bolívia (1995-2006). Dissertação (Mestrado em História) Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2010. p. 12. Disponível em: <www.cchla.ufpb.br/ppgh/2010_mest_licio_costa.pdf>. Acesso em: 10/10/2013.

⁵⁵ Uma insurreição de massas na qual o movimento operário ocupou lugar central – ao lado do surgimento a COB (Central Obrera Boliviana) agrupando os principais sindicatos operários, surgiram sindicatos camponeses que abriram uma nova experiência política para o setor majoritário da população boliviana no campo.

⁵⁶ CUSICANQUI, Silvia Rivera. **“Oprimidos pero no vencidos”**: luchas del campesinado aymara y quechwa 1900-1980. La Paz: Aruwiyiri – Editorial del Taller de Historia Oral Andino (THOA), 2003. p. 133.

estruturas corporativas do sindicalismo agrário oficial, outros do crescente movimento de jovens -, das escolas bilíngues do Estado e das organizações católicas de base. O Movimento Katarista passou a ganhar força em oposição ao sindicalismo oficial da *Central Obrera Boliviana* - COB, com isso houve o despontar de lideranças, “com Jenaro Flores e Raimundo Tambo, tomaram primeiro os sindicatos da Província de Aroma (Ayo-Ayo e Sica- Sica), que fica no Departamento de La Paz, e ascenderam rapidamente por meio da *Confederación Nacional de los Trabajadores Campesinos de Bolivia* - CNTCB”⁵⁷. Percebe-se que, como no Brasil, na consolidação desses espaços, não houve destaque para a participação das mulheres indígenas, elas foram, neste momento, sujeitos invisíveis, a margem das transformações por que passou o movimento indígena boliviano.

Desse modo, para reforçar e legitimar as mudanças no movimento indígena, protagonizado pela mobilização do Movimento Katarista, em julho de 1973 é lançado o Manifesto Tiwanaku, que pretendeu ser um documento que pudesse condensar as ideais do grupo, vejamos:

O manifesto Tiahuanacu, publicado em julho de 1973, sob a responsabilidade de quatro associações (Centro de Coordinación y Promoción Campesina Mink'a, centro campesino Tupac Katari, associação de estudantes campesino da Bolívia, a associação nacional de professores campesinos) constitui a melhor exposição das teses que orientam esse movimento. O manifesto denuncia a exploração econômica e a opressão cultural e política dos povos indígenas, o genocídio cultural e a discriminação que os priva de toda a participação real na vida do país: "Nós somos estrangeiros em nosso próprio país".⁵⁸

⁵⁷ HASHIZUME, Maurício. Tensões e combinações entre classe e cultura na Bolívia contemporânea. In: IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. ISSN: 2177-9503. Ano 2010, Londrina, **Anais...** Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <<http://www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/a007.pdf>> . Acesso 21 de setembro de 2013.

⁵⁸ FREITAS, Marcos Luã Almeida de. **Etnicidade, identidade e movimento indígena boliviano contemporâneo**. 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/2038277/Etnicidade_identidade_e_movimento_indigena_boliviano_contemporaneo>. Acesso 23 de outubro de 2013.

Tanto o Manifesto Tiwanaku quanto o Manifesto do Movimento Índio Tupac Katari – MITKA, de 1978, são documentos que revelam esse novo pensamento dos movimentos indígenas. Segundo Marcos L. A. Freitas, nesses documentos fica claro o objetivo e as concepções desse novo movimento que tenta se desligar do tradicional movimento classista. “A partir desses manifestos conseguimos entender a posição do movimento com relação ao MNR, sua visão de reforma agrária e o descontentamento com que foi implementada desde 1953 ficando claro o porquê das frustrações com o pacto militar-camponês e com a estrutura política e econômica”⁵⁹.

Ao mesclar luta sindical agrária com a demanda pelo reconhecimento da identidade indígena, o Movimento Katarista reforçou a marca da mobilização social. Os indígenas bolivianos passaram a entender suas lutas cada vez mais ligadas a uma identidade étnica que os tornaram parte de uma longa história de resistência comum aos diversos grupos originários.

Neste período, podemos perceber a influência de um movimento indígena que se baseou em características étnicas como produtora de unidades:

Essa importância dos elementos de etnicidade e de ancestralidade reflete-se no fato de que a própria organização e as estratégias práticas de ação coletiva dos movimentos sociais de caráter étnico-originário na Bolívia são fortemente influenciadas pelos modos de viver tradicionais dos povos originários andinos [...].⁶⁰

A construção de identidades surgiu, como elemento de interpretação importante no processo de transformação da política boliviana. O movimento passou a utilizar a bandeira wiphala, símbolo dos povos indígenas, e a recuperar tradições e o próprio uso do idioma. O Katarismo usou intensamente as rádios, para transmitir programas e radionovelas em aymara, sobre as lutas históricas desta etnia, e também

⁵⁹ Ibidem, p. 20.

⁶⁰ COSTA, Lício Romero. **O retorno de Katari**: Cultura histórica e processo de emergência política do movimento cocalero na Bolívia (1995-2006). Dissertação (Mestrado em História) Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2010.p. 12. Disponível em: <www.cchla.ufpb.br/ppgh/2010_mest_licio_costa.pdf>. Acesso 10 de outubro de 2013.

para diversões cotidianas, como partidas de futebol e adaptações de filmes de sucesso⁶¹.

Era, portanto, a partir da retomada dos valores indígenas, em especial de suas formas de organização e regimes de autoridades originários, que o katarismo propunha a construção de estratégias de poder entre os indígenas para garantir seus direitos em relação ao Estado. Desta forma, as lutas indígenas contemporâneas, principalmente a partir dos anos de 1990, estiveram e estão ligadas à luta pela soberania cultural, que se soma à soberania territorial e econômica, criando um recurso discursivo que transformaram e transformam identidades e culturas políticas⁶².

Percebemos que as articulações e mobilizações indígenas ocorreram de maneira diferenciada no Brasil e na Bolívia, estiveram relacionadas à práticas sociais e políticas distintas nos dois países desde a colonização e também relacionadas ao contingente populacional. Na América Latina, existem países, onde o contingente populacional indígena é bastante grande, proporcionalmente aos seus habitantes com outras tradições culturais, muito maior que no Brasil, como é o caso da Bolívia, Equador, México, entre outros. Muitas vezes esta força numérica acaba por traduzir-se em força política do contingente nativo, fazendo com que o peso desta, nos respectivos Estados seja mais significativo que no Brasil⁶³.

Por fim, estas mobilizações como a União das Nações Indígenas e o Movimento Katarista, configuraram-se como espaços para a libertação, expressão e reivindicação dos povos indígenas, representados pela figura masculina, a voz que ecoou desses lugares foi predominantemente masculinas.

⁶¹ Ibidem, p. 151.

⁶² CUSICANQUI, Silvia Rivera. “**Oprimidos pero no vencidos**”: luchas del campesinado aymara y quechwa 1900-1980. La Paz: Aruwiyiri – Editorial del Taller de Historia Oral Andino (THOA), 2003. p. 175.

⁶³ CALEFFI, Paula. “O que é ser índio hoje?” A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI. **Diálogos Latinoamericanos**. No. 007. Universidad Aarhus, 2004. P. 21. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/23103_Cached.pdf>.

Acesso 21 de agosto de 2013.

Capítulo II

Mulheres indígenas e a formação de organizações sociais: desafios e perspectivas na busca por representatividade.

“Ahora la mujer se está levantado. Y cuando las mujeres de una nación se levantan constituyen las voces más fuertes que pueden oírse y essas voces no pueden ser silenciadas.” - La mujer indígena se hace cargo de su destino, 4ª Conferencia Mundial sobre la Mujer.

O período dos regimes autoritários vivenciados tanto pela população boliviana quanto brasileira também se caracterizou por momentos de agitações populares. Viveu-se no mundo ocidental uma profunda transformação nos comportamentos de mulheres e homens, provocada, em parte, pelo feminismo de Segunda Onda⁶⁴ e pelos questionamentos da juventude, que reivindicaram dentre outras coisas, paz e liberação sexual.

Diferente de como ocorreu na Europa e nos Estados Unidos, onde o movimento feminista tinha mais espaço para articulação de suas reivindicações, nos países do Cone Sul, onde tais ideias chegam em meados da década de 1970, o movimento feminista teve que conviver com outras ideologias e também que buscar um lugar próprio dentro da esquerda⁶⁵. Neste cenário os grupos de oposição aos governos das ditaduras contavam com “grande participação de mulheres que também

⁶⁴ Joana Maria Pedro aponta que é um movimento emergido após a Segunda Guerra Mundial, “e deu prioridades ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado”. PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010. p. 115.

⁶⁵Ver PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** [online]. 2005, vol.24, n.1, pp. 77-98. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2011.

estavam envolvidas nos chamados “movimento de mulheres” e na militância feminista.”⁶⁶

Desse modo no contexto da América Latina, o feminismo se organizou também perante as necessidades de resistir à opressão das ditaduras militares ⁶⁷, como fica evidente no trecho abaixo;

[...] o peso que estas ditaduras tiveram não só na forma como estes feminismos foram apropriados, como também na questão do tempo. Assim, embora no Brasil e na Argentina já exista alguma movimentação feminista nos anos setenta, na Bolívia e no Paraguai isto vai ocorrer somente nos anos oitenta. O que queremos destacar é que a identificação com o feminismo nos países do Cone Sul não foi feita da mesma maneira do que ocorreu nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. O contexto político tornou difícil, senão quase impossível, em alguns lugares, durante as ditaduras, qualquer forma de manifestação, reunião, panfletagem e reivindicações.⁶⁸

Embora, naquele momento se configurassem cenários marcados por forte repressão política, tinham-se ao mesmo tempo os mais diversos tipos de organizações e manifestações sociais emergindo nesses espaços. É partindo desta efervescência cultural, política e social das manifestações, sobretudo a influência exercida pelas ideias do feminismo, que vamos pensar o espaço ocupado pelas mulheres indígenas bolivianas e brasileiras em suas sociedades, haja vista que tais sujeitos não apareceram no processo de articulação dos primeiros espaços de mobilização indígenas.

⁶⁶ PINSK, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo; Contexto. 2012.p. 240

⁶⁷ PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Rev. Bras. Hist.** [online]. 2006, vol.26, n.52, pp. 249-272. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n52/a11v2652.pdf>>. Acesso em 13 de agosto de 2012.

⁶⁸ PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010. p.116.

2.1 A questão da visibilidade nos movimentos indígenas: mulheres indígenas e participação política.

São inúmeros os exemplos espalhados pela América Latina de participação política e tentativa de participação das mulheres indígenas. Não podemos esquecer que frente à violação dos direitos humanos indígenas durante os regimes ditatoriais, foram as mulheres maias da Guatemala que se organizaram rapidamente para realizar denúncias dos abusos cometidos contra seus povos. Da mesma forma as mulheres Quechua do Peru, que começaram a denunciar o desaparecimento de seus familiares em tempos de violência nos Andes⁶⁹.

Para Beatriz Sarlo⁷⁰, a participação feminina é uma das condições decisivas para novas formas de ideologia e política na América Latina. Segundo a autora;

Camponesas, trabalhadoras, indígenas, donas de casa, desempregadas e moradoras de favelas, se relacionam com a política por meio de sua experiência vivida, é a vivência direta de injustiça e subordinação que as fazem intervir na esfera pública. Esse novo estilo carrega as marcas sociais de sua origem popular. As possibilidades de conhecimento estão ligadas ao novo paradigma social que esses movimentos trazem em sua prática e muitas vezes (mas nem sempre) em seu discurso: o novo tema da esfera pública.⁷¹

Portanto, percebe-se que houve uma especificidade da atuação das mulheres no espaço político, domínio pouco explorado nas análises dessas sociedades, resultado da 'invisibilidade' das mulheres no âmbito público e, como não poderia deixar de ser, também no movimento indígena.

⁶⁹ ZEA, Tarcila Rivera. **Mujeres indígenas americanas luchando por sus derechos.** Disponível em: <<http://webs.uvigo.es/pmayobre/textos/varios/descolonizando.pdf>>. Acesso 15 de março de 2013.

⁷⁰ SARLO, Beatriz. Mulheres, história e ideologia. In: **Paisagens imaginárias: intelectuais, artes e meios de comunicação.** São Paulo: Editora da USP, 1997, p. 171-196.

⁷¹ Ibidem, p. 176.

Para Ângela Sacchi⁷², a entrada das mulheres indígenas na arena política em prol de maior autonomia, embora comporte avanços significativos,

É um processo complexo, que se deve pelo tipo de apoio e alianças que tem estabelecido, bem como pelas demandas almejadas, que comportam similitudes e diferenças tanto com o movimento indígena como com o movimento de mulheres não indígenas.⁷³

Assim, ao participarem mais ativamente de um campo até então masculino, como é o da política indígena, precisaram reelaborar continuamente sua própria inserção de gênero e negociar com diferentes atores do contexto interétnico⁷⁴.

Para Lina Berrío as mulheres indígenas têm passado por um processo de dupla invisibilidade nas disputas de seus povos, segundo a autora:

[...] por un lado, han sido marginadas por los propios dirigentes indígenas y, por otro, muchos investigadores sociales han representado al movimiento indígena como un todo homogéneo, eludiendo el análisis de las diferencias internas, entre éstas las de género. El movimiento indígena se ha reconstruido a partir de las declaraciones, de los documentos públicos y de las experiencias de los dirigentes varones, donde generalmente no aparece el papel jugado por las mujeres al interior de los movimientos y organizaciones.⁷⁵

Virginia Aillón argumenta que no caso dos países latino-americanos, evidências nos mostram que as mulheres indígenas tem

⁷² SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. **Revista Antropológicas**. Ano 7, volume 14. 2003.

⁷³ Ibidem, p. 65.

⁷⁴ Que se dá entre indivíduos de diferentes etnias.

⁷⁵ BERRÍO, Lina Rosa. **Liderazgo y empoderamiento de las mujeres indígenas en Colombia y México**. Tesis de maestría en Estudios Latinoamericanos, México, UNAM, 2005. Disponível em: <<http://aasociologia.files.wordpress.com/2013/03/revistaraximhaiivol9num1marzo20131.pdf>>. Acesso 5 de nov. de 2012. p. 70.

sofrido uma tripla discriminação por serem mulheres, por sua etnia, e sua condição geral de pobreza. Ou seja, para mulheres indígenas, “o gênero, a classe e a etnia são dimensões de uma matriz de dominação, que se interceptam em diferentes pontos, proporcionando-lhes uma visão distinta do que significa ser mulher em uma sociedade desigual, racista e sexista”⁷⁶.

Há um debate legítimo sobre as origens da discriminação de que são vítimas as mulheres indígenas. São dois os posicionamentos levantados neste debate, o primeiro enfatiza que as causas desta discriminação são encontradas na cultura hegemônica global que tem transformado as relações de gênero e as formas de organização das comunidades indígenas, enquanto por outro lado é necessário também um olhar crítico sobre a existência de práticas e costumes tradicionais que são nocivos ou prejudiciais para as mulheres⁷⁷. Como destaca Lucy Ketterer ;

[...] las mujeres pertenecientes a los pueblos originarios de los países en vías de desarrollo enfrentan variadas amenazas, entre ellas, la más común es la pobreza en todas sus expresiones. La mayoría tiene escasas, si no nulas, posibilidades de contar con atención médica y de enseñanza. En algunos países se ven constantemente expuestas a conflictos, tales como guerras internas o conflictos armados; de contaminación medioambiental de sus territorios; explotación minera o forestal; gobiernos indiferentes a su situación; pérdida de tierras; migraciones forzadas en busca de empleos, para la sobrevivencia de ellas y sus familias; trata de personas, violencia sexual, prostitución y humillaciones de todo tipo. En los trabajos, ellas son las peores remuneradas y, generalmente, acceden a aquellos de menor categoría, como

⁷⁶ AILLÓN, Virginia (Org.). **Gênero, etnicidad y participación política**. La Paz, Bolívia: Diakonia, 2006. p. 321.

⁷⁷ RUIZ, Judith Bocos. **Situación de las mujeres em los pueblos indígenas de América Latina: obstáculos y retos**. Disponível em: <http://cooperantes.proyectokalu.com/wp-content/uploads/Situacion-mujeres-indigenas-AL_Judith-Bocos.pdf>. Acesso 28 de outubro de 2013.

empleo doméstico, servidumbre y limpieza, entre otros.⁷⁸

Desse modo, busco analisar ao longo deste capítulo, a forma como as mulheres foram construindo suas reivindicações de gênero, os diálogos que marcaram sua trajetória organizativa, as implicações que sua participação vem trazendo nas relações familiares e de gênero, os vínculos entre suas próprias vidas e o processo organizativo.

Marcela Lagarde, quando escreve sobre a presença de mulheres no movimento Zapatista de Chiapas, México, destaca;

[...] llamo la atención sobre las capacidades organizativas, de movilización y aportes con estrategias acertadas de las zapatistas; pero lo importante es que éstas al mismo tiempo de colaborar con dichos aportes, se hacen escuchar para ser visibilizadas, en tanto tenemos así a mujeres, indígenas y pobres, haciendo notar que una acción revolucionaria debe incluir reivindicaciones para todas/os.⁷⁹

Portanto, o envolvimento e a participação política das mulheres indígenas são tidos como fator chave, para serem visibilizadas e principalmente levadas em conta, dentro de suas especificidades, nas políticas públicas por parte dos governos. Embora nos últimos anos tenha havido progressos nesta área, eles ainda são limitados. Podemos considerar que isso vem ocorrendo, principalmente, porque as dificuldades econômicas podem reduzir as possibilidades de participação política das mulheres. Como alerta Ligia Simonian, em seu trabalho intitulado *Mulheres Enquanto Políticas: Desafios, Possibilidades e Experiências entre as Indígenas*:

Aliás, há alguns anos, Adamson (1997) e Armstrong (1995) argumentaram que sem recursos seria impossível para as mulheres e, em

⁷⁸ KETTERER, Lucy. Mujeres indígenas latinoamericanas y política: prácticas “diferentes para”. **Revista Punto Género**. Nº1. Abril de 2011.p. 252. Disponível em: <<http://www.revistas.uchile.cl/index.php/RPG/article/viewFile/16886/17589>>. Acesso 10 de outubro de 2013.

⁷⁹ ZEA, Tarcila Rivera. **Mujeres indígenas americanas luchando por sus derechos**. Disponível em: <http://webs.uvigo.es/pmayobre/textos/varios/descolonizando.pdf>. Acesso 15 de março de 2013. p. 2.

particular para as indígenas, serem bem sucedidas na política. Nesta perspectiva, além do machismo ainda dominante na maior parte das sociedades, a condição de pobreza – muito presente entre as mulheres (Barrientos, 1993) – se interpõe à vontade de grande parte das mulheres em âmbito mundial quanto a possíveis envolvimento na política.⁸⁰

Logo nota-se que ainda é bastante limitado o número de mulheres com efetiva participação nas lutas políticas, tanto no que diz respeito às questões meramente formais quanto às estruturais. No entanto, ao alcançarem espaço em associações, organizações e movimentos este cenário vai se alterando.

2.2 Mulheres indígenas no interior das organizações: processos de formação da Organização de Mulheres Indígenas de Roraima e da Confederación Nacional de Mujeres Campesinas, Indígenas y Originarias de Bolivia “Bartolina Sisa”.

A década de 1990 se destacou como o grande momento da disseminação dos processos de organização política das mulheres indígenas, “tanto no sentido das mobilizações pró-interesses comunitários, como quanto ao associativismo, à política partidária e às questões de gênero”⁸¹. No tocante a realidade brasileira, Ângela Sacchi atribui tais avanços do movimento indígena à promulgação da Constituição de 1988 e outros fatores, vejamos:

[...] as mudanças advindas pela promulgação da Constituição de 1988 e a consolidação de um indigenismo não estatal, a dinâmica do movimento indígena é demonstrada pela proliferação de organizações indígenas, na sua maior parte de caráter local e situadas na Amazônia Brasileira. Se nos anos 1970-80, as lideranças indígenas eram exclusivamente masculinas, muitas delas com visibilidade nacional e internacional, no momento atual as mulheres indígenas conquistam novos espaços de

⁸⁰ SIMONIAN, Lígia T. Mulheres Enquanto Políticas: Desafios, Possibilidades e Experiências entre as Indígenas. **Papers NEA**, nº 254. Belém do Pará, 2009. p. 9. Disponível em: <<http://www2.ufpa.br/naea/papers.php?mvitem=3>>. Acesso 23 de novembro de 2012.

⁸¹ Ibidem, p. 15.

representação na busca dos direitos de seus povos, igualmente introduzindo problemáticas específicas no movimento etno-político indígena.⁸²

A autora ressalta também as maneiras com que as mulheres indígenas foram ocupando espaços nas organizações e movimentos indígenas:

As organizações políticas atuais acabaram oferecendo maiores oportunidades para a participação das mulheres indígenas na cena pública. Como coordenadoras e associadas de organizações específicas de mulheres, envolvem-se em diversas atividades além da esfera de suas comunidades, nos âmbitos nacional e internacional.⁸³

Corroboramos com o argumento dos estudos recentes sobre movimentos e trajetórias de mulheres indígenas⁸⁴, que percebem ser através das formas organizativas (associações, organizações, confederações) que se ganha força social, o que é um facilitador para as mudanças nas relações desiguais que são enfrentadas pelas mulheres indígenas. A possibilidade que as mulheres têm de se organizarem, de terem um espaço próprio de identificação passa muito pela noção de empoderamento⁸⁵, através da participação no espaço público, pois

⁸²SACCHI, Ângela. **União, Luta, Liberdade e Resistência**: as organizações de mulheres indígenas na Amazônia Brasileira. Tese de Doutorado, PPGAS/UFPE, 2006. p. 73.

⁸³ Ibidem, p. 75

⁸⁴ Para tanto podemos ver : SACHI, Ângela. **União, Luta, Liberdade e Resistência**: as organizações de mulheres indígenas na Amazônia Brasileira. Tese de Doutorado, PPGAS/UFPE, 2006 - AILLÓN, Virginia (Org.). **Gênero, etnicidad y participación política**. La Paz, Bolívia: Diakonia, 2006 e KETTERER, Lucy. Mujeres indígenas latinoamericanas y política: prácticas “diferentes para”. **Revista Punto Género**. No. 1. Abril de 2011. Disponível em:

<<http://www.revistas.uchile.cl/index.php/RPG/article/viewFile/16886/17589>>.

Acesso 10 de outubro de 2013.

⁸⁵ Entendido na perspectiva feminista, como poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres.

O empoderamento efetivo das mulheres deriva de uma reformulação e desconstrução dos atuais esquemas políticos e sociais, através da participação ativa em movimentos, conscientização na sociedade, atuação nas instâncias governamentais e também com a criação de organizações da sociedade civil (associações). Tais aspectos correspondem às alternativas de sobrevivência de várias mulheres e suas famílias, sobretudo, as de baixa renda, pois levam demandas do âmbito privado para os espaços públicos, influenciando nos processos de tomadas de decisões.⁸⁶

Percebe-se que no caso das mulheres indígenas, tal noção de empoderamento, tornou-se um incentivo a mais, que contribuiu na visualização de seus papéis nas lutas e embates políticos. Segundo Mario de Sá⁸⁷, o empoderamento feminino só será realidade a partir do reconhecimento, do respeito e da valorização das mulheres pela sua multiplicidade, quando nossa sociedade puder desmistificar a naturalização que impõe um padrão para o “ser mulher”. Assim, o engajamento de mulheres indígenas em movimentos sociais, em organizações, abriu espaço para o processo de re-significação de sua posição nas relações familiares, matrimoniais, comunitárias, enfim, no espaço público, na tentativa de romper com estruturas patriarcais de nossa sociedade.

Como destaca Jenny Román⁸⁸; “nesse momento, o movimento indígena, não existia, ou seja, não existiam as mulheres indígenas como uma problemática, com uma questão, como uma problemática própria, mas que também era um grupo oprimido que tinha suas particularidades”. Logo, no início dos anos de 1980, principalmente na Bolívia, começaram a surgir organizações sociais com novas características que desafiavam a ideia de homogeneidade entre as

⁸⁶ MACEDO, Renato F., REGINO, Fabiane Alves. **O empoderamento das mulheres do sertão**: uma experiência de associativismo e desenvolvimento rural. Disponível em <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=6513>>. Acesso 10 de abril de 2012.

⁸⁷ SÁ, Mário. **Empoderamento feminino**: igualdade com respeito às diferenças. Premissas. Ed. 3. Dourados, 2011. p.41.

⁸⁸ ROMÁN, Jenny. **Entrevista**. Concedida a Joana Maria Pedro e Gabriela Miranda Marques (digital). La Paz, Bolívia, 14/12/2007. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Lílían Back, revisada por Luana Lopes. p.6.

demandas das mulheres e das indígenas. Desse modo, quando o sistema democrático representativo não funcionava mais, apareceram as organizações sociais, tais como a *Confederación Nacional de Mujeres Campesinas, Indígenas y Originarias de Bolivia “Bartolina Sisa”* e Organização de Mulheres Indígenas de Roraima, entre outras, que buscaram espaço na política indígena para representação das especificidades das mulheres indígenas e a emancipação de qualquer tipo de opressão.

- Confederación Nacional de Mujeres Campesinas, Indígenas y Originarias de Bolivia “Bartolina Sisa” CNMCIOB BS.

A organização de mulheres indígenas e camponesas, na Bolívia, em movimentos sociais, durante o período de ditadura militar, ocorreu com características que, de várias maneiras, podem se aproximar do caso brasileiro. Também ocorreu no contexto de “abertura” ou de estagnação dos regimes militares da América do Sul, do final da década de 1970 e início de 1980, com uma forte atuação da Igreja Católica nas áreas rurais por meio da Teologia da Libertação, que também atuou organizando clubes de mães⁸⁹ e reuniões nos moldes de grupos de reflexão⁹⁰ mistos ou compostos unicamente por mulheres.

A *Confederación Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia - CSUTB*, sob o comando do aymara Jenaro Flores, incentivou a convocação para a articulação de uma organização de mulheres. Destinada ao congresso de unidade da CSUTCB, que aconteceria em novembro de 1979. No entanto, o golpe militar deste ano, impediu a convocação do congresso⁹¹.

Logo, a convocação de novembro para o congresso foi, portanto, transferida para 10 de janeiro de 1980, quando as mulheres rurais, em particular as de La Paz e Oruro, iniciaram a nova organização. As mulheres líderes dessa articulação como Lucila Mejia Morales, Irma

⁸⁹ Os 'clubes de mães' eram locais destinados prioritariamente às mulheres, a instalação de um local específico de mulheres acabou restringindo a participação dos homens.

⁹⁰ A criação de grupos de reflexão sobre a “condição feminina” tornaram tal experiência como emblemática, pois nestes espaços as mulheres, vivenciavam suas desigualdades, entre elas, e dividiam anseios e questionamentos que não seriam absorvidos da mesma forma quando em presença dos homens. Ver: MORAES, Maria Lígia de Quartín. **Mulheres em movimento**. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da condição feminina, 1985.

⁹¹ LINERA, Álvaro G., LEÓN, Marxa C., MONJE, Patricia C. **Sociología de los Movimientos Sociales em Bolivia**: Estructuras de movilización, repertórios culturales y acción política. Bolívia: Plural Editoras, 2008. p. 508.

Garcia e Isabel Ortega Juaniquina foram a base fundamental para garantir o desenvolvimento do processo de organização. Tanto que Lucila Mejia Morales viria a ser eleita a primeira secretaria-executiva da recém- formada *Federación Nacional de las Mujeres Rurales de Bolivia "Bartolina Sisa"*- FNMCB-BS.

As primeiras congressistas se perguntavam: para que uma nova organização? O que buscavam nesta nova organização? As mulheres precisam de uma nova organização? A partir dessas questões, duas correntes discutiram o rumo da nova organização: formar uma nova organização para enfrentamento com os homens, ou formar uma organização juntamente com os homens para lutar por melhores condições de vida e superar as situações de injustiça e discriminação que ocorria no Estado boliviano⁹².

A segunda corrente foi a vencedora, com intuito de formar uma nova organização de caráter nacional, para complementar as organizações já existentes, predominantemente masculinas. Esta nova organização estabeleceu objetivos que visavam às mulheres indígenas, que lhes propiciavam instrumentos para mudarem sua desigual realidade. Vejamos os objetivos:

- A liberação das mulheres rurais e indígenas originárias de todos os tipos de opressão que afetam o seu desenvolvimento como pessoa.
- Para defender e promover os direitos humanos das mulheres rurais e indígenas originárias.
- Garantir a participação das mulheres nos níveis de decisão, independentemente da localização ou hierarquia.
- Eliminar todas as formas de discriminação e de violência social e política para as mulheres.
- Desenvolver nas mulheres conhecimentos e iniciativas que visem à garantia alimentar.⁹³

Segundo Tânia Montes (2011) a *Confederación Única de Trabajadores Campesinos de Bolívia*- CSUTCB, teve grande influência na primeira fase de consolidação da *Federación Nacional de Mujeres*

⁹² Ibidem,p 498.

⁹³ Website da organização, disponível em: <
<http://www.bartolinasisa.org/sitio.shtml?apc=&s=e>>. Acesso em abril de 2012.

Campesinas de Bolívia “Bartolina Sisa” – FNMCB - BS, a autora afirma;

[...] la Federación “Bartolina Sisa” luchaba durante el primer periodo de su historia, sobre todo influenciada por la Confederación Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia, CSUTCB, por defender lo que denominaba intereses de clase y por reivindicar al sector campesino. Sin embargo, dentro de esta organización social habitaban diferentes líneas ideológicas influenciadas por distintos partidos y movimientos. Uno de los de mayor influencia fue el Movimiento Revolucionario Tupaj Katari, que combinó reivindicaciones culturales, étnicas y de clase, que la Federación “Bartolina Sisa” compartía, dado que muchas de las secretarías ejecutivas de la Federación formaban parte de movimientos kataristas. Así, las líderes de esta organización no solamente respondían a la Federación “Bartolina Sisa”, sino también al movimiento Tupaj Katari.⁹⁴

Percebe-se no trecho acima, como apesar de existir um espaço construído para mulheres indígenas, a *Federación Nacional de las Mujeres Rurales de Bolívia “Bartolina Sisa”- FNMCB*, elas, naquele momento, ainda estavam fortemente vinculadas ao movimento indígena nacional.

Vale ressaltar a importância que teve o *IX Congreso Nacional de la Federación Nacional de las Mujeres Rurales de Bolívia “Bartolina Sisa”- FNMCB-BS*, realizado na cidade de Potosí, de 14 a 16 de abril de 1999, na história da organização. Este foi tido como um momento especial de incentivo à participação das mulheres indígenas e também de maior autonomia em relação à *Confederación Única de Trabajadores Campesinos de Bolívia - CSUTCB*, e mais:

[...] manifestó [o IX congreso] claramente la intención de incorporar a la Federación a la política formal, con el objetivo de incentivar la

⁹⁴ MONTES, Tania. Las organizaciones sociales de las mujeres indígenas, y su relación con la política formal. **Revista Ciencia y Cultura**. No. 26. Junio. La Paz, 2011. p.222. Disponível em: <http://www.scielo.org.bo/scielo.php?pid=S2077-33232011000100010&script=sci_arttext>. Acesso 21 de outubro de 2013.

participación de las mujeres campesinas en las elecciones municipales de diciembre de 1999, dado que la Ley de Cuotas, promulgada en 1997, instituía que por lo menos el 30% de las listas de candidatos debían estar conformadas por mujeres. Durante este periodo, la entonces Federación “Bartolina Sisa” buscó recuperar y reafirmar su identidad étnica cultural. Esta búsqueda se reflejó en el cambio de nombre de su organización; en noviembre del 2008 esta organización social decidió cambiar de nombre y pasó de ser una Federación a ser una Confederación. De acuerdo a sus principales líderes, este cambio respondió a la necesidad de adquirir autonomía respecto de la CSUTCB. La organización percibió que sus capacidades de convocatoria y de organización eran significativas, por lo que sus líderes advirtieron que, al ser una Federación, subvaloraban su importante presencia, para entonces ya de rango nacional.⁹⁵

Ficou decidido também não mais identificar a federação somente como de mulheres campesinas, mas também de mulheres indígenas originárias. Montes⁹⁶ afirma que esta mudança foi além da nomenclatura em si, que “respondió a reivindicaciones identitárias y a un proyecto político cuyo discurso busca reafirmar la cultura y la identidad indígena, plantear nuevas visiones estatales, un nuevo orden social y nuevos paradigmas”. Somente em 2008 a *Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia “Bartolina Sisa”- FNMCB-BS*, opta pela mudança de nome da organização, passando a ser *Confederación Nacional de Mujeres Campesinas, Indígenas y Originarias de Bolivia “Bartolina Sisa” - CNMCI OB BS*. Todavía, desde o surgimento da organização percebe-se nos discursos e ações políticas a busca por reconhecimento da mulher indígena como um importante sujeto histórico.

Felipa Huanca Llupanqui, militante e secretária-geral da *Confederación Nacional de Mujeres Campesinas, Indígenas y Originarias de Bolivia “Bartolina Sisa”*, em entrevista realizada para o periódico eletrônico “Miradas” no ano de 2012, fez uma retrospectiva sobre trajetória da organização,

⁹⁵ Ibidem, p. 223.

⁹⁶ Ibidem, p. 223.

[...] o que vocês devem saber é que esta organização Bartolina Sisa não é recente, não veio com este governo [Evo Morales]. Já temos 31 anos. Desde aqueles tempos temos lutado contra os governantes que trouxeram os tempos colonialistas, que entraram com esse sistema de dominar, explorar... Percebe? Nossos avós, nossos ancestrais lutaram contra isso. Logo, em tempos de liberalismo, surgiu esta organização. Nas mobilizações veja quem sai primeiro: as mulheres. As mulheres estão na primeira fila para lutar. Por isso, sempre dizemos: nós, as mulheres, vamos seguir adiante frente a qualquer problema.⁹⁷

A formação da organização das “Bartolinas” estava marcada também pela recuperação, ainda que incipiente, de noções restauradas dos movimentos indígenas do século XVIII. Baseada, principalmente, na luta do casal indígena aymaras Bartolina Sisa⁹⁸ e Tupac Katari, que fizeram parte do levante contra a opressão dos espanhóis em 1781, marcando a história da Bolívia e das mulheres em todo o mundo.

Partindo dessa reconstrução da história do movimento indígena, Lorenzo Apasa expressou seu apoio à militância de sua esposa Eugenia Rojas, uma das primeiras dirigentes da então Federação Nacional. Tendo em mente a “bem sucedida” trajetória do casal aymara, afirmou:

⁹⁷ Entrevista com Felipa Hunca, disponível <<http://miradas.com.br/?p=1114>> Acesso 2 de março de 2012.

⁹⁸ Nascida em 1753 na comunidade de Sullkawi del Ayllu, Bartolina Sisa conviveu com a repressão do governo espanhol. Seu pai, José Sisa, e sua mãe, Josefa Vargas, eram comerciantes de tecido e coca e se deslocavam pelos povoados bolivianos para vender seus produtos. A vida itinerante permitiu que Bartolina presenciasse a pobreza e humilhação sofridas por seu povo. Em 13 de março de 1781, já casada com Tupac Katari iniciaram o cerco a La Paz, que durou 109 dias. Mais de 10 mil espanhóis morreram, principalmente de fome. Após dois meses, as tropas inimigas enviaram 400 soldados para capturar Bartolina, mas foram derrotados por 50 homens e mulheres sob seu comando. Em 5 de setembro de 1782, Bartolina e Gregoria Apaza, combatente aymara, foram levadas nuas pelas ruas de La Paz e torturadas. Partes de seus corpos foram levadas a locais simbólicos de resistência indígena para exibição pública. Em sua homenagem, assim como de todas as mulheres que combateram a dominação e o etnicídio espanhol, se celebra na data de sua morte, 5 de setembro, o Dia Internacional da Mulher Indígena.

Yo dije que estaria bien, es a través de la historia de que Tupak Katari y Bartolina Sisa, entre marido y mujer [...] por eso tambien nosotros hemos pensado luchar juntos por el Qullasuyu, aunque ellos han muerto pero sus nombres son siempre recordados [...] entonces dijimos que esto es la misma lucha, por eso le he apoyado [a ella, Eugenia Rojas] para que siga adelante.⁹⁹

Diferente do apoio expressado acima, muitas mulheres indígenas bolivianas, se queixam de não terem apoio de seu esposo, que ao negarem-se a dividir as tarefas domésticas, dificultam que a mulher possa ocupar cargos em diferentes instâncias de exercício da autoridade. Como fica evidente no depoimento de Sabina Choqueticlla, ex dirigente da CNMIOB-BS;

En mi hogar había mucha discriminación, de esa manera sé pensar mucho [...] el hombre es sólo de honra para decir que es hombre, para sacar guagua es el hombre, el hombre tiene derecho para emborracharse y dormir fuera de la casa [...] Me decían los hombres; ¿para qué quieren organizarse las mujeres? Nosostros ya estamos organizados, nosotros somos dirigentes con derechos, sus ollas están tan sucias, lleno de mugre, eso deben estar lavando, su cocina está tan sucia, eso deben limpiar, si ustedes salen líderes a los hombres nos pueden montar,[...] nosotros tenemos que estar arriba, ustedes no pueden estar arriba, son mujeres nomás, orinan en la pampa.¹⁰⁰

Esta situação de opressão também é enfatizada por Eugenia Rojas, que quando foi eleita dirigente da CNMCIQB-BS, sofreu muito com a resistência de seu marido, que segundo ela dizia:

[...] la dirigencia es para los hombre, las reuniones es para los hombres, las mujeres no tienen por qué estar ahí, tienen que estar en sus casa, deben cuidar a sus hijos y todo lo demás, la

⁹⁹ Entrevista com Lorenzo Apaza apud AILLÓN, Virginia (Org.). **Gênero, etnicidad y participación política**. La Paz, Bolívia: Diakonia, 2006. p. 78.

¹⁰⁰ Entrevista com Sabina Choquetijlla apud AILLÓN, Virginia (Org.). **Gênero, etnicidad y participación política**. La Paz, Bolívia: Diakonia, 2006. p. p. 133.

mujer que se metió a dirigente no sé cómo lo hará [...].¹⁰¹

Nota-se que esta resistência a participação das mulheres também se dá por outro caminho, o exercido entre as próprias mulheres. Existem mulheres que não despertaram para o valor da organização e que acabam por não compreenderem a participação das mulheres na CNMCIQB-BS, como nos conta Rosa Huayhua, “mi esposo tiene una hermana, ella más bien me desprecia y me hace golpear con mi esposo, hay envidia, es pecado vertise, de parte de mi familia no me ayudan... no he visto el apoyo de mis familiares”¹⁰².

Assim como as mulheres enfrentaram resistências de seus maridos e outros familiares para participar da CNMCIQB-BS, dentro do próprio movimento indígena nacional, desde o início também houve incompreensões, resistências e questionamentos a um trabalho específico com mulheres. O “machismo” é apontado como um obstáculo no relacionamento entre as mulheres e as organizações. Nemesia Achacollo diz:

En la parte negativa vemos que todavía hay machismo dentro de la constitución misma de la federación de las departamentales. Porque vemos que las compañeras lo convocan, cuando a ellas lo necesitan. Pero el apoyo, necesitan quién les cocine, entonces para eso las mujeres sí tienen que estar, pero para otros decisivas, cuando ya tiene que decidir de su central o de su departamental, están muy poco tomadas en cuenta.¹⁰³

O “machismo”, na análise aqui realizada, é admitido enquanto um sistema de *representações simbólicas*, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre homens e mulheres.

¹⁰¹ Entrevista com Eugenia Rojas apud LINERA, Álvaro G., LEÓN, Marxa C., MONJE, Patricia C. **Sociología de los Movimientos Sociales en Bolivia**: Estructuras de movilización, repertórios culturales y acción política. Plural Editoras. Bolívia, 2008. p. 515.

¹⁰² Entrevista com Rosa Huayhua apud AILLÓN, Virginia. Op. Cit. p. 136.

¹⁰³ Entrevista com Nemesia Achacollo apud LINERA, Álvaro G., LEÓN, Marxa C., MONJE, Patricia C. **Sociología de los Movimientos Sociales en Bolivia**: Estructuras de movilización, repertórios culturales y acción política. Plural Editoras. Bolívia, 2008. p. 532.

Segundia Flores critica os setores machistas dentro do movimento nacional:

A mí me decían: “¿Las mujeres para qué tiene que organizarse?, si las mujeres ni siquiera su cocina está barrido, sus ollas una cochinada. Para qué, qué sabiendo de organización van a organizarse, si nosotros suficiente estamos organizados. Por otro lado, para montar a las mujeres, para qué?, si se organizan las mujeres, si se capacitan, qué van a montar pues, y eso no puede ser pues”. Así me decían a mí, así decían los hombres, por eso yo decía: “ A la mujer necesitas para tu cama, a tu mujer necesitas para bailar, para hacerte servir tu comida, después para qué necesitas, para nada te sirve la mujer”. Esas cosas me han abierto el ojo, sí, mucho me ha hecho hablar, a muchos he discutido.¹⁰⁴

No entanto, nem só de resistência se constrói a relação dessas mulheres com seus maridos e familiares, vale destacar a narrativa de Julia Ramos, que recorda que foi seu pai quem a incentivou a seguir seus passos na direção de sua comunidade e que foi desenvolvendo nela um sólido sentimento de serviço para sua comunidade e “sua gente”, como disse ao referir-se aos indígenas, originários e camponeses com quem se identifica: “por ejemplo, acompañada con mi padre, sábados y domingos eran las reuniones [...] ahora el dice - hija siga adelante es un orgullo usted, de ser líder lo que yo siempre he sido, espero que se haga mucho mejor para nuestra gente del campo y mejor indentificada-”¹⁰⁵ .

A estratégia dessas mulheres foi o trabalho cotidiano e organizado, elas querem ser o exemplo, segundo suas palavras, a partir do qual outras mulheres possam buscar participar e fortalecer o trabalho

¹⁰⁴Entrevista com Segundia Flores apud LINERA, Álvaro G., LEÓN, Marxa C., MONJE, Patricia C. Sociología de los Movimientos Sociales en Bolivia: Estructuras de movilización, repertórios culturales y acción política. Plural Editoras. Bolívia, 2008. p. 508.

¹⁰⁵ Entrevista com Julia Ramos apud BARRIOS, Marylin Pacheco. **Formación política de lideresas desde la perspectiva de la Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas de Bolivia “Bartolina Sisa” CNMCIOB“BS”**. Chiapas, México, 2011, p. 32. Disponível em: <<http://www.fondoindigena.org/apc-aa-files/11cff670a2ec169cc25379afa3d771db/63.pdf>>. Acesso: 10 de setembro de 2013.

desenvolvido pela CNMCIQB-BS. Trata-se de argumentos parecidos aos apresentados por grupos que durante as últimas décadas têm trabalhado com a Teologia da Libertação: ensinar pelo exemplo, para transformar o cotidiano e construir coletivamente uma nova realidade.

Na fala de María Rasguido Coca, ex-executiva da confederação, percebe-se que sua trajetória política teve início nos Clubes de Mães, que eram organizados pela Igreja e correspondiam a locais onde as mulheres já estavam culturalmente habituadas a participar de atividades de cunho mais “assistencial” em épocas anteriores àquelas em que se organizaram em torno dos movimentos indígenas,

[...] llegar a este cargo no es muy fácil, ahora ya en el día hemos recorrido; ya más fácil, pero no obstante años pasados cuando estaba los gobiernos defactos es donde nosotros hemos hecho un sacrificio grande empezando desde nuestras comunidades [...] he sido dirigente varios años empezando desde presidenta de club de madres.¹⁰⁶

Compreende-se que o papel exercido pela Igreja progressista na organização da CNMCIQB-BS, como também no caso da organização brasileira, representado, sobretudo, pelos Clubes de Mães, possibilitou que essas mulheres aproveitassem tais espaços para irem se transformando politicamente, ao terem contato umas com as outras e compartilharem experiências.

É admissível pensar que a *Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas de Bolivia “Bartolina Sisa” - CNMCIQB-BS*, também tem uma perspectiva de gênero, uma vez que desafia o lugar das mulheres na estrutura social, especialmente manifestando-se contra o monopólio masculino nas estruturas de decisão e de representação, entretanto, esta organização centra seu discurso contra estruturas que situam os indígenas em espaços marginais, de um modo geral. María Rasguido Coca, líder da *Confederación “Bartolina Sisa”*, por exemplo, observou este aspecto: “Las mujeres nos hemos organizado porque

¹⁰⁶ Entrevista com María Rasguido Coca apud BARRIOS, Marylin Pacheco. **Formación política de lideresas desde la perspectiva de la Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas de Bolivia “Bartolina Sisa” CNMCIQB“BS”**. Chiapas, México, 2011, p. 35 Disponível em: <<http://www.fondoindigena.org/apc-aa-files/11cff670a2ec169cc25379afa3d771db/63.pdf>>. Acesso: 10 de setembro de 2013.

hemos visto como hemos sido explotados todos los campesinos indígenas originarios”¹⁰⁷.

Desse modo, estarem organizadas em torno na CNMCIQB-BS, é justamente a maneira de resistir e ocupar espaços de poder. Então, o fato de sair de casa e encontrar as companheiras, discutir questões, descobrir direitos foi um processo de libertação, representou a possibilidade de desconstruírem as formas discriminatórias de relações entre homens e mulheres que foram ensinadas e assimiladas como naturais, conforme revela a experiência de Sabina Choquetijlla, ex-dirigente da CNMCIQB-BS:

Desde que yo he asumido he sabido hablar y objetar de que las mujeres deberíamos de aprender, de organizarnos; si las mujeres somos organizadas muy aparte, claro por supuesto con la coordinación de los varones, pero entre nosotras muchas cosas, entre nosotras podemos deliberar, discutir, analizar nuestros problemas, cosas, el miedo puede perder. O sea hay muchas cosas en cuestión de mujeres para discutir, cosa que los varones nunca asumen de discutir eso, nunca llegan a analizar la situación de la mujer, no?. Todas esas cosas he visto, por eso ha sido decepcionante, pero mayor parte siempre a mí me ha ido bien.¹⁰⁸

Leonilda Zurita, ex-secretaria executiva da CNMCIQB –BS, em sua narrativa nos apontou elementos da necessidade de organização sentida pelas mulheres indígenas do Altiplano Norte.

Por eso es que las mujeres nos hemos podido organizar, porque realmente no había respeto a los derechos humanos del trópico, mujeres embarazadas, pateadas, pegadas, los niños, entonces en ese campo nosotros hemos podido organizarnos, para poder pelear juntos

¹⁰⁷ Entrevista com María Rasguido Coca apud BARRIOS, Marylin Pacheco. Formación política de lideresas desde la perspectiva de la Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas de Bolivia “Bartolina Sisa” CNMCIQB“BS”. Chiapas, México, 2011, p. 34 Disponível em: <<http://www.fondoindigena.org/apc-aa-files/11cff670a2ec169cc25379afa3d771db/63.pdf>>. Acesso: 10 de setembro de 2013.

¹⁰⁸ Entrevista com Sabina Choquetijlla apud AILLÓN, Virginia. Op. Cit. p. 512

hombres y mujeres, porque antes al hombre le daban como no importaba si moría, si moría, moría no más.¹⁰⁹

Após um longo processo de consolidação da CNMCIQB-BS e de grande trabalho de valorização e empoderamento, tendo plena consciência de suas capacidades, iniciou-se nos anos 2000, uma notória ascensão para além dos cargos de lideranças dentro da organização de mulheres. Neste momento ocuparam-se espaços de poder dentro da própria estrutura do Estado boliviano;

[...] nunca he soñado ser lideresa, porque yo en mi comunidad me crio vacas ovejas chivas en el cerro [...] me pongo a pensar como esa chiquilla que en el cerro caminaba ha llegado hasta el parlamento, ha llegado hasta el palacio a veces para mí es tan tan poder tan grande de la población cuando decide y el compromiso de nosotros y más que todo la consecuencia y eso valoro de las mujeres nunca hemos traicionado por más difícil que veamos la situación hemos visto que realmente somos consecuentes así como somos para nuestros hijos y hijas así somos consecuentes con el proceso de cambio y vamos a seguir defendiendo hemos nacido para esto.¹¹⁰

O trecho da entrevista acima mostra o objetivo geral de formação das lideranças indígenas, a partir da perspectiva das "Bartolinas", se trata de um empoderamento, que possibilita que se desenvolva um compromisso e consciência social e, finalmente, que sua participação seja permanente.

Como vemos, a participação na CNMCIQB-BS tem sua importância em nível pessoal, enquanto valorização de si mesmas, em

¹⁰⁹ Entrevista com Leonilda Zurita apud LINERA, Álvaro G., LEÓN, Marxa C., MONJE, Patricia C. **Sociología de los Movimientos Sociales en Bolivia: Estructuras de movilización, repertórios culturales y acción política.** Plural Editoras. Bolívia, 2008. p. 508.

¹¹⁰ BARRIOS, Marylin Pacheco. **Formación política de lideresas desde la perspectiva de la Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas de Bolivia "Bartolina Sisa" CNMCIQB"BS".** Chiapas, México, 2011. p. 35. Disponível em: <<http://www.fondoindigena.org/apc-aa-files/11cff670a2ec169cc25379afa3d771db/63.pdf>>. Acesso em 10 de setembro de 2013.

nível grupal como descoberta dos direitos, troca de experiências bem como em nível familiar. Ao possibilitar que inúmeras mulheres indígenas, a partir de prática e projetos desenvolvidos pela organização, possam hoje ter mais poder e autonomia. Por fim, ainda que incipiente, do ponto de vista organizacional, a participação política e social das mulheres indígenas na Bolívia, está crescendo; as organizações e associações de mulheres vêm se multiplicando pelo país, assim como as Bartolinas.

- Organização de Mulheres Indígenas de Roraima – OMIR

Desde muito antes da institucionalização da Organização de Mulheres Indígenas de Roraima – OMIR, já se tinha um movimento de mulheres indígenas no estado de Roraima. A partir de 1986, as mulheres já se reuniam para atividades de corte e costura. Com o apoio dos Conselhos Regionais do Conselho Indígena de Roraima - CIR e Igreja Católica foi realizado um projeto para a compra de máquinas de costura para as mulheres na Missão Surumu¹¹¹. Percebe-se que em tais atividades houve “tomada de consciência” das mulheres, permitida graças ao seu agrupamento, como ficou claro na narrativa de uma mulher indígena roraimense:

[...] foi através desse projeto que algumas mulheres indígenas, apoiadas pela comunidade e sua família, começaram a participar dos trabalhos, encontros, reuniões e cursos. Através destes meios foram trocando ideias, ouvindo experiências das outras mulheres e aos poucos tomando consciência, até assumir compromissos com seu povo.¹¹²

Ressaltamos aqui o papel desempenhado pela Igreja Católica, neste momento, muito se assemelha ao desenvolvido ao longo do processo de consolidação da CNMCIQB-BS, como vimos anteriormente. A influência da igreja foi registrada em vários momentos. Além das reuniões em torno dos projetos de corte e costura, que culminaram na criação dos 'Clubes de Mães', foi no I Congresso dos

¹¹¹ SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. **Revista Antropológicas**. Ano 7, Vol. 14. 2003. p. 97.

¹¹² Entrevista com mulher indígena de Roraima apud SACCHI, Ângela. **União, Luta, Liberdade e Resistência**: as organizações de mulheres indígenas na Amazônia Brasileira. Tese de Doutorado, PPGAS/UFPE, 2006. p. 124.

Catequistas que as mulheres começam a (re)pensar seus papéis nas comunidades e iniciaram um processo que culminou na formação de sua organização.¹¹³

Segundo Ligia Simonian, que escreveu em 2001, a participação das mulheres indígenas de Roraima, notadamente as Macuxi e as Wapixana, no movimento indígena estadual daquele período foi das mais significativas em termos de Brasil:

Nesse processo de organização, as mulheres indígenas de Roraima têm colocado toda uma série de problemas, que as tem movido em busca de articulações com o objetivo de viabilizar as suas propostas. Estas questões situam-se no âmbito de suas identidades individuais, comunitárias, e no das sociedades não-indígenas e de um Estado que praticamente as ignoram. Dentre tais questões, estão as relativas à violência, às bases de subsistência, aos preconceitos, às dificuldades de participação em processos decisórios.¹¹⁴

As mulheres indígenas brasileiras, a partir da década de 1990, começaram a criar suas próprias organizações ou departamentos de mulheres dentro de organizações indígenas já estabelecidas na Amazônia Brasileira. Tal década trouxe a novidade da institucionalização das demandas por igualdade e respeito às diferenças de gênero no meio indígena brasileiro, como destaca Ricardo Verдум em *Mulheres Indígenas: diretos e políticas públicas*. E também notamos no depoimento de uma mulher indígena de Roraima que disse:

Na organização de mulheres de Roraima a gente começou a lutar, lutar mesmo, desde 90, para a gente criar uma organização de mulheres, só que a gente encontrou uma dificuldade muito grande devido já o Conselho estar organizado, o Conselho Indígena de Roraima era só homem, e

¹¹³ SACHI, Ângela. **União, Luta, Liberdade e Resistência**: as organizações de mulheres indígenas na Amazônia Brasileira. Tese de Doutorado, PPGAS/UFPE, 2006. p. 51.

¹¹⁴ SIMONIAN, Ligia. T. L. **Mulheres da floresta amazônica**: entre o trabalho e a cultura. Belém: NAEA-UFPA, 2001. p. 24

os homens não viam a importância da companheira do lado.¹¹⁵

Também consta no relato acima, que no Brasil, ou melhor, na Organização de Mulheres Indígenas de Roraima – OMIR a situação foi bem similar à enfrentada pelas mulheres da CNMCIQB - BS, quanto à “permissão” e consentimento dos dirigentes em aceitar que as mulheres indígenas assumissem papéis importantes dentro das organizações, como relata uma liderança indígena da OMIR:

[...] como a companheira falou que não podia vir porque o marido não deixava, mas nós a gente procura conquistar as lideranças da comunidade, quem são? É o tuxaua, os professores, os agentes de saúde, os catequistas (...) porque quem se preocupa mais com a vida? Somos nós mulheres quem se preocupa mais com a vida, com a nossa saúde. Então sempre coloco assim para os homens, para as lideranças, e na reunião que a gente faz a gente convida os homens para participar junto, para ouvir o que a gente está falando mesmo, do que a gente está falando, porque uma desconfiança que eles têm, de sair, mandar a esposa para a reunião (...). Sempre coloco assim, olha nós tem que ser igual, assim como você tem conhecimento, ela tem que ter conhecimento também, agora se você não confia na sua esposa para viajar só, então acompanha, acompanha ela, quem sabe você vai aprender lá com nós também.¹¹⁶

Geralmente, houve resistência dos maridos quanto à participação das mulheres em movimentos específicos. Eles se sentiam incomodados, inseguros, pois ainda prevalecia a ideia de que o lugar de mulher é em casa, na cozinha. Entretanto, as mulheres indígenas foram enfrentando, quebrando esses velhos paradigmas e mostrando para seus companheiros que a participação delas na Organização de Mulheres

¹¹⁵ Relato de mulher indígena da OMIR apud SACHI, Ângela. **União, Luta, Liberdade e Resistência**: as organizações de mulheres indígenas na Amazônia Brasileira. Tese de Doutorado, PPGAS/UFPE, 2006. p.56.

¹¹⁶ Depoimento de liderança indígena da OMIR apud SACHI, Ângela. **União, Luta, Liberdade e Resistência**: as organizações de mulheres indígenas na Amazônia Brasileira. Tese de Doutorado, PPGAS/UFPE, 2006. p.148.

Indígenas de Roraima, não era uma ameaça para eles, mas que favoreceria à toda comunidade, e

A ideia e a necessidade de formar este movimento era já sentida muito tempo atrás. Esse pensamento se movia na mente e no coração de algumas mulheres. Por falta de coragem, apoio, confiança, e também por causa da discriminação, desvalorização e ciúme de alguns homens, as mulheres ficaram caladas e paradas. Mesmo assim não ficaram sem fazer nada, já que nunca desistiram da luta ao lado dos homens, apoiando seus trabalhos.¹¹⁷

Portanto, nos casos observados, a opressão e discriminação se fizeram presentes dentro dos lares e das organizações indígenas, onde a presença masculina era predominante. As mulheres indígenas de Roraima, tanto as dirigentes como as da base do movimento, enfrentaram obstáculos para poderem se reunir, já que muitas vezes suas “obrigações com seu marido e casa” estavam atreladas ao espaço onde “deviam” permanecer. Os depoimentos, naquele momento, revelaram a falta de liberdade das mulheres para participarem de suas atividades. Além disso, revelaram também que: “os sofrimentos e as dificuldades são de todas, não há diferença”¹¹⁸, fatos que para Ângela Sacchi provocaram entre as mulheres uma espécie de irmandade de gênero¹¹⁹.

Ao reunir mulheres de diferentes povos, esses novos espaços de discussão contribuíram para a troca de experiências e conhecimentos; propiciaram meios para o fortalecimento e a consolidação de suas organizações; bem como vêm fortalecendo a capacidade de setores do movimento de mulheres indígenas para participar e exercer o controle social na esfera pública¹²⁰.

Em meio a este momento de criação das bases para a futura institucionalização da OMIR, temos que destacar a importância do II

¹¹⁷ Idem. p. 52.

¹¹⁸ Memória sem data apud SACHI, Ângela. **União, Luta, Liberdade e Resistência**: as organizações de mulheres indígenas na Amazônia Brasileira. Tese de Doutorado, PPGAS/UFPE, 2006. p. 60.

¹¹⁹ O fato de não haver diferença entre as mulheres diante das adversidades provoca o que no movimento de mulheres/feminista se denomina 'irmandade de gênero'.

¹²⁰ VERDUM, Ricardo. (Org.) **Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas**. Brasília: Inesc, 2008. p.10.

Encontro Estadual das Mulheres, dez meses após o primeiro, em janeiro de 1997, na maloca Taxi/região Surumu, que deu continuidade à reflexão do processo organizativo nas diferentes regiões. Alguns dos maiores problemas que as mulheres identificaram como os que deveriam ser enfrentados naquele momento, foram a disseminação do alcoolismo e o faccionalismo no movimento indígena estadual, inclusive no seu próprio processo de organização.¹²¹ Evidente na narrativa de uma dirigente do movimento de mulheres roraimense;

[...] o movimento de mulheres é para fortalecer o movimento em geral, a discussão é unânime, a política dos povos indígenas é única, só que tem uma diferença, que a organização de mulheres tem uma questão específica que tem que ser discutida dentro do movimento de mulheres [...]. Então a gente está vendo a nível nacional, a nível internacional, a mulher tem sua especificidade, a gente não pode deixar isto de lado e creio que as mulheres indígenas tem que saber ir buscar, se capacitar.¹²²

Desse modo, o movimento de mulheres indígenas de Roraima foi sendo consolidado pela participação das mulheres indígenas nas lutas e embates de seus povos, processo que se efetivou na consolidação de uma organização específica das mulheres. Em 1999, ao unificarem-se as organizações de mulheres indígenas de Roraima, foi oficializada a Organização de Mulheres Indígenas de Roraima – OMIR. Com o apoio da Agência Norueguesa para Cooperação Internacional - NORAD foi construído um espaço dentro da sede do Conselho Indígena de Roraima.

A OMIR constitui-se como uma organização específica que expande o universo de ação das mulheres, nela envolvidas. Esta foi pensada a partir da necessidade de organização e representatividade das mulheres indígenas, que sempre teve participação decisiva na luta dos povos indígenas, mas não era reconhecida pelos líderes das comunidades. Estas trazem novas pautas e preocupações.

¹²¹ SIMONIAN, Ligia. T. L. **Mulheres da floresta amazônica**: entre o trabalho e a cultura. Belém: NAEA-UFPA, 2001. p. 24

¹²² Depoimento de dirigente do movimento de mulheres roraimense apud SACHI, Ângela. **União, Luta, Liberdade e Resistência**: as organizações de mulheres indígenas na Amazônia Brasileira. Tese de Doutorado, PPGAS/UFPE, 2006, p.91.

[...] tem coisas específicas da mulher, tem a violência intrafamiliar, a violência da criança e do adolescente, tem o estupro, tem a bebida, assassinatos, é problema que tem que ser discutido especificamente pela mulher, o caso do abandono, separação de casais, não é o movimento maior que vai discutir uma coisa específica mulher.¹²³

A violência familiar e interétnica, o acesso aos meios técnicos e financeiros para a geração de renda, a saúde reprodutiva, a soberania alimentar, a participação das mulheres nas decisões de políticas dos governos, entre outros temas, foram inseridos pelas mulheres indígenas no seio do movimento indígena e nos espaços de debate e decisão de políticas públicas¹²⁴. Embora, percebamos que as demandas reivindicadas pelas mulheres indígenas da Organização de Mulheres Indígenas de Roraima, demonstraram que elas têm unido suas vozes ao movimento indígena nacional, que sabemos ser historicamente controlados por homens, elas vem cada vez mais desenvolvendo um discurso e uma prática política a partir de uma perspectiva de gênero.

Os compromissos que foram constantemente reassumidos pelas mulheres - autosustentabilidade, combate à bebida alcoólica e violência - fizeram com que essas preocupações tenham sido debatidas através da promoção de seminários principalmente sobre alcoolismo, violência e saúde da mulher indígena. A importância dos compromissos referidos pelas mulheres desde seus primeiros encontros implicaram em uma série de obrigações destinadas a elas em prol da sociabilidade comunitária, com forte apelo à tradição e sentido de coletividade. E, ainda, de terem sido reconhecidas pelos homens também foi fator relevante, devido às suas demandas estarem imbricadas nas de seus povos¹²⁵.

Vale ressaltar que em 2006, pela primeira vez na história das políticas públicas pós-Constituição Federal de 1988, se incluiu em um Plano Plurianual (PPA) uma ação específica para as mulheres indígenas: o Programa Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, sob a responsabilidade da Fundação Nacional do Índio. E posteriormente aconteceu em janeiro de 2007, a criação de um espaço de representatividade para mulheres indígenas no âmbito da FUNAI.

¹²³ Entrevista com integrante da OMIR apud SACHI, Ângela. Op. Cit. p. 143.

¹²⁴ SIMONIAN, Ligia T.L. **Mulheres da floresta amazônica**: entre o trabalho e a cultura. Belém: UFPA/NAEA, 2001. p.165.

¹²⁵ *Ibidem*, p.78

Mesmo tendo havido todos esses avanços, percebemos que os desafios do processo organizativo são muitos para essas mulheres que enfrentam a vergonha da exposição pública, as dificuldades de comunicação com os tuxauas e lideranças, os maridos ciumentos que não as deixam participar das reuniões. Além disso, a responsabilidade com os filhos, a casa e a roça, dificultam uma participação mais ativa nas atividades da OMIR.

Para Ligia Simonian, tem que se considerar, ainda, a participação política das mulheres indígenas em termos individuais;

[...] as indígenas funcionárias da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e/ou professoras e agentes de saúde, todas ligadas ao setor público, têm ultimamente se destacado, sendo esta realidade exemplar entre as Kaingang do sul, as Macuxi e Wapixana de Roraima e entre as indígenas Bakairi, no estado do Mato Grosso. E, na medida em que cresce o número de jovens indígenas nos cursos superiores, aumentam suas possibilidades enquanto lideranças políticas. Entretanto, esta situação pode estar temporariamente se constituindo em processo inibidor quanto à formação de lideranças femininas no âmbito das próprias aldeias, pois estas estudantes tendem a permanecer nas capitais dos estados. Aliás, são elas que têm sido indicadas para conselhos sobre a condição da mulher em âmbito regional, nacional e para representações diversas em âmbito internacional.¹²⁶

Para tanto, como destaque de trajetória individual temos o protagonismo de Iranir Barbosa dos Santos, a atual coordenadora da Organização de Mulheres Indígenas de Roraima, que logrou ser a representante das mulheres indígenas de todo o Brasil no Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça. Ainda que a organização roraimense tenha conquistado importante espaço na política indígena nacional, o que se constata é que as mulheres indígenas são ainda quase que “invisíveis” para o

¹²⁶ SIMONIAN, Ligia T. Mulheres Enquanto Políticas: Desafios, Possibilidades e Experiências entre as Indígenas. **Papers NEA**. No. 254. Belém do Pará, 2009. p. 24. Disponível em: <http://www2.ufpa.br/naea/papers.php?mvitem=3> Acesso 23 de nov. de 2012.

indigenismo brasileiro, apesar dos avanços efetivados nos últimos anos no Brasil, no tocante às políticas sociais.

2.3 Aproximando gênero e identidade étnica: alguns apontamentos.

A participação nas organizações foi, também, a forma encontrada por essas mulheres para viver e expressar a sua etnicidade ao deixar emergir, no contato com as outras mulheres, os elementos de sua identidade étnica. Entendemos assim que, etnia e gênero são também conceitos relacionais, ambos, “só fazem sentido em um contexto de relações sociais entre pessoas que se diferenciam, confrontando formas de identidades, próprias e mutáveis. Identidades que se constroem nessas relações de confronto e de convivência”¹²⁷.

Fredrik Barth em sua obra *Los Grupos Étnicos y sus Fronteras*, define grupos étnicos como sendo um “tipo de organização social”, afirmando que:

Una adscripción categorial es una adscripción étnica cuando clasifica a una persona de acuerdo con su identidad básica y más general, supuestamente determinada por su origen e formación. En la medida en que los actores utilizan las identidades étnicas para categorizarse a sí mismos y a los otros, con fines de interacción, forman grupos étnicos en este sentido de organización.¹²⁸

Logo, percebemos que a etnicidade surge em situações de contato interétnico, pois, é na “constatação da diferença e na busca das características peculiares que os grupos humanos se distinguem uns dos outros. A identidade sela os limites entre as “organizações” humanas”¹²⁹.

Pensamos que, no momento em que determinados movimentos de mulheres indígenas passaram a se utilizar do discurso étnico, algo que adquiriu força, sobretudo ao longo da última década, um conjunto de

¹²⁷ WOLFF, CRISTINA Scheibe. **Mulheres da Floresta**: uma história, Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999. p. 192.

¹²⁸ BARTH, Fredrik. **Los grupos étnicos y sus fronteras**. México, Fondo de Cultura Económica. 1976 Disponível em: <http://docencia.izt.uam.mx/sgpe/files/users/uami/lauv/Barth_intr_Los_grupos_étnicos_y_sus_fronteras.pdf>. Acesso 21 setembro 2012.

¹²⁹ LITAIFF, Aldo. **As divinas palavras**: identidade étnica dos guaranis - Mbyá. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996. p. 23-26.

identidades¹³⁰ se reunia naquele momento para consolidar suas reivindicações políticas. A identidade que era inicialmente de classe - delas como trabalhadoras - foi se aliando a identidade de gênero - quando assumiram que havia problemas específicos de mulheres que deveriam ser levados em conta - e a uma terceira identidade, a indígena.

Além disto, a constituição das identidades das mulheres indígenas as colocou na posição de ter que preservar os valores tradicionais e afirmar sua tradição étnica, ao mesmo tempo em que tiveram de lutar contra as desigualdades específicas ao seu gênero. Assim, entendemos que suas identidades étnicas “proporcionam espaços de resistência e engendram construções de feminilidade por meio da “tradição”, enquanto, simultaneamente, pode haver a necessidade e/ou desejo dos valores da modernidade”¹³¹.

A discriminação étnica e de gênero, como elementos estruturais da identidade são experimentados de muitas maneiras e em todos os momentos da vida, como revelou Rosa Huayhua, integrante da CNMCIQB-BS: “Tengo recuerdos sobre discriminación cuando niña, es así que en la escuela recuerdo que era discriminada, aunque había varios ayamaras, los compañeros no ayamaras nos decían indios”¹³².

A questão étnica vem permeando boa parte das discussões mais recentes sobre movimentos e organizações de mulheres na Bolívia, com grande expressividade, e no Brasil, já que nesses países há uma vasta parcela da população de etnia indígena, que se auto identifica como tal e que se organiza e reivindica uma série de direitos a partir de discursos que enfatizam exatamente os contrastes da causa indígena.

Pode-se dizer que há grupos políticos e movimentos sociais na Bolívia e no Brasil que tem se articulado em torno de um discurso étnico - no caso, o de identificação como indígenas e descendentes de povos “originários” que já estavam presentes na América desde muito antes da chegada dos europeus que os colonizaram - para reivindicar direitos, se

¹³⁰ Este conceito é utilizado de acordo com Stuart Hall, que afirma que a identidade é “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

¹³¹ SACCHI, Angela; GRAMKOW, Márcia Maria (Orgs.). **Gênero e povos indígenas**: coletânea de textos produzidos para o “Fazendo Gênero 9” e para “27ª Reunião Brasileira de Antropologia”. Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio, 2012. p.18.

¹³² AILLÓN, Virginia (Org.). **Gênero, etnicidad y participación política**. La Paz, Bolívia: Diakonia, 2006. p. 63.

posicionar politicamente e propor novos caminhos para a sociedade¹³³. Contudo, percebe-se que o problema com a discriminação étnica é ainda muito grande, mesmo na América Latina, onde se tem grande contingente populacional indígena, pois

La discriminación étnica en Latinoamérica es producto de su historia en tanto deviene de los procesos de conquista y colonización, resultando de ellos el exterminio masivo de buena parte de los pueblos americanos originarios y una organización social cimentada en “patrones de jerarquización cultural y racial” y los Estados-nación, que ubican a los indígenas, mestizos y negros en los lugares inferiores de la estructura social. “Sabemos que ese proceso de composición fue doloroso y cruento en Europa y en América, y también dramático, por la sencilla razón, señalada recientemente por Michael Mann, de que una de las caras ocultas de la democracia ha sido la limpieza étnica.”¹³⁴

Os conflitos internos e externos às suas sociedades, também fizeram parte da construção das identidades, que as levaram a configurar novas formas de resistência, articuladas estrategicamente. Por fim, nota-se que hoje em países como Bolívia e Brasil a auto identificação de mulheres como indígenas, confere a essas pessoas uma multiplicidade identitária, que pode proporcionar um fortalecimento nos argumentos de que as (os) “verdadeiras (os) donos das terras não podem mais aceitar serem excluídas (os) da sociedade”¹³⁵. Isso difere do que acontecia anteriormente, quando era, em muitos casos, considerado vergonhoso ser descendente de indígenas.

¹³³ MIRZA, Chistian Adel. **Movimientos sociales sistemas políticos en América Latina**: la construcción de nuevas democracias. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p.250.

¹³⁴ KETTERER, Lucy. Mujeres indígenas latinoamericanas y política: prácticas “diferentes para”. **Revista Punto Género**. No. 1. Abril de 2011. p. 252. Disponível em: <<http://www.revistas.uchile.cl/index.php/RPG/article/viewFile/16886/17589>>. Acesso 10 de outubro de 2013.

¹³⁵ CUSICANQUI, Silvia Rivera. “**Oprimidos pero no vencidos**”: luchas del campesinado aymara y quechwa 1900-1980. La Paz: Aruwiwiri – Editorial del Taller de Historia Oral Andino (THOA), 2003. p. 58.

Considerações Finais

Ainda que este trabalho não tenha cessado todas as discussões pertinentes ao tema, mesmo porque não se pretendeu que isso fosse feito. Algumas conclusões e apontamentos acerca do tema se fazem pertinentes. Desse modo, percebemos que a partir do que foi analisado, principalmente as narrativas, evidenciamos que tanto as mulheres indígenas brasileiras quanto às bolivianas, oriundas das organizações estudadas, têm passado por um processo que demonstra estarem prontas para tomar suas próprias decisões e, desse modo, conquistar maior autonomia em relação aos homens. Entretanto, as duas organizações que se configuraram como espaços de representação político, cultural e social das mulheres indígenas foram, também, como ficou evidente em várias narrativas, organizações para complementar a luta do movimento indígena nacional, que estiveram unidas aos homens na busca por respeito aos direitos indígenas bem como aos direitos das mulheres.

O contexto entre os anos de 1970 e 1989 foram extremamente significativos para as relações entre os movimentos indígenas e a Igreja Católica, desde o apoio e incentivo vindo do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, a proteção de setores da igreja ao Movimento Katarista, até a organização dos Clubes de mães, tanto no Brasil como na Bolívia. Fatos que possibilitaram processos de tomada de consciência, que foram muito além de defender, ou melhor, garantir o bem estar da família e de seu povo.

Estas mulheres indígenas bolivianas e brasileiras preocuparam-se em melhorar a qualidade de vida por meio de projetos que envolveram a sua comunidade. Uma das semelhanças que também podemos apontar, entre estas organizações, está na maneira como foram elaborados seus projetos políticos. Por meio de projetos elaborados por seus próprios grupos, contribuíram para o desenvolvimento familiar e, ao mesmo tempo, formularam propostas que confrontaram com as vindas do governo.

Desse modo, o processo organizacional adquiriu um sentido claramente político ao construir, a partir do cotidiano, alternativas econômicas que, apesar de ter tido um impacto muito limitado, projetaram-se em todas as comunidades como uma opção para a crise e o desemprego. A estratégia dessas mulheres foi a realização do trabalho diário e organizado, queriam ser exemplos, em suas palavras. A partir dos quais outras mulheres pudessem buscar integrarem-se para fortalecer o trabalho da comunidade.

Ficou claro que em meio às novas necessidades, as mulheres indígenas se moveram em universos com práticas e discursos

diferenciados, fato que provocou a reflexão acerca das relações de gênero estabelecidas nas diferentes esferas em que atuaram. Contudo, apesar da criação dos departamentos e organizações de mulheres indígenas dentro ou fora das organizações mais amplas já ter se tornado relativamente comum, as indígenas ainda ressentem-se das dificuldades em serem reconhecidas como lideranças, por terem passados séculos “invisíveis” na arena política.

Ainda que ambas as organizações venham reivindicando os direitos das mulheres a partir de uma perspectiva própria, em seus discursos percebe-se uma influência de questões de gênero, já que questionam o lugar que tem sido dado às mulheres na sociedade, colocando-as em uma situação marginal. Um dos fatores específicos que introduziram as questões de gênero dentro dessas organizações sociais foi a política. A luta das mulheres para participar da política formal incentivou a criação de leis que garantissem a igualdade de participação dentro deste espaço.

Observamos que os principais pleitos, desafios e objetivos das mulheres indígenas latinoamericanas, se interconectam e tem muita similaridade. A defesa dos direitos da família, especialmente o das mulheres, a luta por justiça e igualdade, a possibilidade de atuação na esfera política e social, o desenvolvimento de políticas públicas para garantir a gestão dos recursos nacionais, a equidade de gênero, a recuperação de terra e o desenvolvimento econômico são alguns deles.

No entanto, o direito das mulheres pertencentes aos povos indígenas tem sido uma área de dificuldades múltiplas. É um processo bem complexo, porque as mulheres indígenas têm reclamado seus direitos baseados na ordem individual, elas parecem ameaçar a permanência dos direitos coletivos nos quais estão o direito comunitário à terra. Isso tem tornado frágil a legitimidade na reclamação de direitos individuais. Por isso reforço que o objetivo tanto da CNMCIOB-BS quanto da OMIR, é a discussão e elaboração de novas relações entre homens e mulheres buscando a igualdade e o caminhar de mãos dadas com os homens nas lutas reivindicatórias de suas comunidades, como exposto em algumas narrativas.

Corroborando com Célia Pinto, consideramos que a adesão das mulheres indígenas em organizações e movimentos, pode ser pensada como “um rito de passagem do mundo privado para o mundo público, colocando o sujeito frente a novas relações de poder e, conseqüentemente, de tensão no interior da família, do local de trabalho,

nas relações de afeto e vizinhança”¹³⁶. De fato, tal atitude rompe tabus e preconceitos e coloca em voga novos valores e comportamentos que desafiam relações de poder, principalmente em locais resistentes à participação da mulher no espaço público.

A inserção no movimento indígena e nas organizações específicas vem permitindo às mulheres uma diversidade de experiências com a sociedade não indígena, ao estabelecerem relações políticas com diferentes agentes, para o desempenho de suas atividades. Por fim, vemos as organizações como ferramentas de resistência muito eficazes.

¹³⁶ PINTO, Céli R. Movimento sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 27.

Fontes

- Entrevistas realizadas pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História:

APAZA, Rosário Mamani; PACO, Mary F. Marca. **Entrevista**. Concedida a Joana Maria Pedro e Gabriela Miranda Marques (digital). La Paz, Bolívia, 13/12/2007. Acervo do LEGH/UFSC.

ROMÁN, Jenny. **Entrevista**. Concedida a Joana Maria Pedro e Gabriela Miranda Marques (digital). La Paz, Bolívia, 14/12/2007. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Lílian Back, revisada por Luana Lopes.

- Entrevistas de livros;

AILLÓN, Virginia (Org.). **Gênero, etnicidad y participación política**. La Paz, Bolívia: Diakonia, 2006.

LINERA, Álvaro G., LEÓN, Marxa C., MONJE, Patricia C. **Sociología de los Movimientos Sociales en Bolivia: Estructuras de movilización, repertórios culturales y acción política**. Plural Editoras. Bolívia, 2008.

- Entrevistas disponíveis na internet;

Periódico Miradas. Disponível em: <<http://miradas.com.br/?p=1114>> Acesso em 2 de março de 2012.

Website da organização. Disponível em: <<http://www.bartolinasisa.org/sitio.shtml?ap c=&s=e>>. Acesso em abril de 2012.

Referências bibliográficas

AILLÓN, Virginia (Org.). **Gênero, etnicidad y participación política**. La Paz, Bolívia: Diakonia, 2006.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru; São Paulo: Edusc, 2005. 423p.

ASSOCIACIÓN DE FAMILARES DE DETENIDOS DESAPARECIDOS Y MÁRTIRES POR LA LIBERATAÇÃO NACIONAL. **Informe sobre las desapariciones Forzadas en Bolivia**. 2ª ed., La Paz: Garza Azul, 2008.

BARRIOS, Marylin Pacheco. **Formación política de lideresas desde la perspectiva de la Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas de Bolivia “Bartolina Sisa” CNMCIQB“BS”**. Chiapas, México, 2011, p. 32. Disponível em: <<http://www.fondoindigena.org/apc-aa->

files/11cfff670a2ec169cc25379afa3d771db/63. p df> Acesso: 10 de setembro de 2013.

BARTH, Fredrik. **Los grupos étnicos y sus fronteras**. México, Fondo de Cultura Económica. 1976 Disponível em: <http://docencia.izt.uam.mx/sgpe/files/users/uami/lau/v/Barth_intr_Los_grupos_eticos_y_sus_fronteras.pdf>. Acesso 21 setembro 2012.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 8ª edição, 2012.

BERRÍO, Lina Rosa. **Liderazgo y empoderamiento de las mujeres indígenas en Colombia y México**. Tesis de maestría en Estudios Latinoamericanos, México, UNAM, 2005. Disponível em: <<http://aasociologia.files.wordpress.com/2013/03/revistaraximhivol9num1marzo20131.pdf>>. Acesso 5 de nov. de 2012.

BLOCH, Marc *apud* BARROS, José D`Assunção. História Comparada: um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**. V1, n.1. Rio de Janeiro, 2007.

CALEFFI, Paula. “O que é ser índio hoje?” A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI. **Diálogos Latinoamericanos**. Numero 007; Universidad Aarhus, 2004. p. 28. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/23103_Cached.pdf>. Acesso 21 de agosto de 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 6a. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

COGGIOLA, Oswaldo. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.

COSTA, Lício Romero. **O retorno de Katari: cultura histórica e processo de emergência política do movimento cocalero na Bolívia (1995-2006)**. Dissertação (Mestrado em História) Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2010. p. 12. Disponível em: <www.cchla.ufpb.br/ppgh/2010_mest_licio_costa.pdf>. Acesso em: 10/10/2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Historia dos índios no Brasil**. 2. Ed. São Paulo (SP): FAPESP: Cia das Letras, 1998.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **“Oprimidos pero no vencidos”**: luchas del campesinado aymara y quechwa 1900-1980. La Paz: Aruwiyiri – Editorial del Taller de Historia Oral Andino (THOA), 2003.

FARIA, Cátia. *Dura Lex, Sed Lex*: A luta pelo reconhecimento dos presos políticos no Brasil (1969-1979). **Revista Histórica**. Edição: nº

33. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao33/materia05/>>. Acesso 17 de outubro de 2013.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. Introdução. In: _____. **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- FENELON, Déia Ribeiro. Cultura e história: historiografia e pesquisa. In: **Projeto história**. São Paulo, (10), dez/1993.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura vozes**. 94.3 (2000). p. 11. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/517.pdf. Acesso 10 de setembro 2013.
- _____. História, tempo presente e história oral. **Topoi Revista de História** [online], 2002, vol. 1, n. 5, pp. 314-332. Disponível em <<http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/topoi5a13.pdf>>. Acesso em 16 de julho de 2011.
- FICO, C.. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, 24(47), 2004.
- FREITAS, Marcos Luã Almeida de. **Etnicidade, identidade e movimento indígena boliviano contemporâneo**. 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/2038277/Etnicidade_identidade_e_movimento_indigena_boliviano_contemporaneo>. Acesso 23 de outubro de 2013.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HASHIZUME, Maurício. Tensões e combinações entre classe e cultura na Bolívia contemporânea. In: IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. ISSN: 2177-9503. Ano 2010, Londrina, Universidade Estadual de Londrina. **Anais...** p. 93. Disponível em: <<http://www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/a007.pdf>>. Acesso 21 de setembro de 2013.
- KETTERER, Lucy. Mujeres indígenas latinoamericanas y política: prácticas “diferentes para”. **Revista Punto Género**. Nº1. Abril de 2011.p. 252. Disponível em: <<http://www.revistas.uchile.cl/index.php/RPG/article/viewFile/16886/17589>>. Acesso 10 de outubro de 2013.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1992.

- LINERA, Álvaro G., LEÓN, Marxa C., MONJE, Patricia C. **Sociología de los Movimientos Sociales en Bolivia**: Estructuras de movilización, repertórios culturais y acción política. Bolívia: Plural Editoras, 2008.
- LITAIFF, Aldo. **As divinas palavras**: identidade étnica dos guaranis - Mbyá. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 139 – 140.
- MACEDO, Renato F., REGINO, Fabiane Alves. **O empoderamento das mulheres do sertão**: uma experiência de associativismo e desenvolvimento rural. Disponível em <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=6513>>. Acesso 10 de abril de 2012.
- MAYORGA, René Antonio. La Democracia o el Desafío de la Modernización Política. In: CAMPERO, Fernando (Org.). **Bolivia en el Siglo XX**. La Paz: Harvard Club de Bolivia, 1999.
- MIRZA, Chistian Adel. **Movimientos sociales sistemas políticos en América Latina**: la construcción de nuevas democracias. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- MONTES, Tania. Las organizaciones sociales de las mujeres indígenas, y su relación con la política formal. **Revista Ciencia y Cultura**. No. 26. Junio. La Paz, 2011. p.222. Disponível em: <http://www.scielo.org.bo/scielo.php?pid=S2077-33232011000100010&script=sci_arttext>. Acesso 21 de outubro de 2013.
- MORAES, Maria Lígia de Quartim. **Mulheres em movimento**. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da condição feminina, 1985.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. (Org.). **Indigenismo e territorialização**: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.
- _____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** [online]. 2005, vol.24, n.1, pp. 77-98. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf> >. Acesso em 12 de agosto de 2011.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru-SP: Edusc, 2005.
- _____. Entrevista com Michelle Perrot. In: **Revista Projeto História**. São Paulo: PUC, nº 10, dez. 1993, p.129-130.

_____. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª edição, 2011.

PINTO, Céli R. Movimento sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

RAMOS, Alcida. Apud CALEFFI, Paula. “O que é ser índio hoje?” A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI. **Diálogos Latinoamericanos.** No. 007. Universidad Aarhus, 2004. p.2. Disponível em:

<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/23103_Cached.pdf>. Acesso 21 de agosto de 2013.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

RUIZ, Judith Bocos. **Situación de las mujeres em los pueblos indígenas de América Latina:** obstáculos y retos. Disponível em: <http://cooperantes.proyektokalu.com/wp-content/uploads/Situacion-mujeres-indigenas-AL_Judith-Bocos.pdf>. Acesso 28 de outubro de 2013.

SÁ, Mário. **Empoderamento feminino:** igualdade com respeito às diferenças. Premissas. Ed. 3. Dourados, 2011.

SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. **Revista Antropológicas.** Ano 7, Vol. 14. 2003.

_____. **União, Luta, Liberdade e Resistência:** as organizações de mulheres indígenas na Amazônia Brasileira. Tese de Doutorado, PPGAS/UFPE, 2006.

_____; GRAMKOW, Márcia Maria (Orgs.). **Gênero e povos indígenas:** coletânea de textos produzidos para o “Fazendo Gênero 9” e para “27ª Reunião Brasileira de Antropologia”. Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio, 2012.

SALVATICI, Silva. Memórias de gênero: reflexões sobre história oral de mulheres. In: Associação Brasileira de História Oral. **História Oral.** Vol.8, nº 1, Recife: CNPQ, 2005.

SALVATIERRA, Julieta. Que signífico la dictadura de Garcia Meza para las mujeres. In: ASOFAMD. **Para que no se olvide** - la dictadura de LuizGarcia Meza. La Paz, Bolívia: ASOFAMD, 1997.

SARLO, Beatriz. Mulheres, história e ideologia. In: **Paisagens imaginárias:** intelectuais, artes e meios de comunicação. São Paulo: Editora da USP, 1997, p. 171-196.

- SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16(2) 5-22, jul/dez. 1990.
- SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. 2.ed. São Paulo: UNESP, 1992. p. 63 – 96.
- SITE MSN NOTÍCIAS. **Autoridades cortam privilégios a ex ditador boliviano preso**. Disponível em <http://noticias.latam.msn.com/xl/latinoamerica/articulo_afp.aspx?cp-documentid=259060751>. Acesso 13 de outubro de 2013.
- SIMONIAN, Ligia T.L. **Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura**. Belém: UFPA/NAEA, 2001.
- _____. **Mulheres Enquanto Políticas: Desafios, Possibilidades e Experiências entre as Indígenas**. **Papers NEA**. n° 254. Belém do Pará, 2009. p. 9. Disponível em: <<http://www2.ufpa.br/naea/papers.php?mvitem=3>>. Acesso 23 de novembro de 2012.
- VERDUM, Ricardo. (Org.) **Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas**. Brasília: Inesc, 2008.
- WOLFF, CRISTINA Scheibe. **Mulheres da Floresta: uma história, Alto Juruá, Acre (1890-1945)**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- ZEA, Tarcila Rivera. **Mujeres indígenas americanas luchando por sus derechos**. Disponível em: <<http://webs.uvigo.es/pmayobre/textos/varios/descolonizando.pdf>>. Acesso 15 de março de 2013.